



**MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR**  
**CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

**ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 DE JULHO DE 2024**

1 Aos dezesseis e dezessete de julho de dois mil e vinte e quatro, às dez horas da manhã, no Edifício  
2 Sede I do Banco do Brasil, Torre Norte, 14º andar, Sala da ONU, foi realizada a 87ª Reunião Ordinária  
3 do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial – CNPIR. Estiveram presentes, pelo Poder  
4 Público, a Presidenta do Conselho e Ministra de Estado da Igualdade Racial **Anielle Franco**; o  
5 Conselheiro Titular da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), **Marcos Fábio Cardoso De**  
6 **Faria**; a Conselheira Titular do Ministério das Comunicações (MCom), **Ludymilla Cristinne Dos**  
7 **Santos Chagas** a Conselheira Suplente do Ministério das Comunicações (MCom), **Camilla Kely**  
8 **Pacheco Perpétuo**; a Conselheira Titular do Ministério da Cultura (MinC), **Mariana Braga**  
9 **Teixeira**; a Conselheira Titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar  
10 (MDA), **Ana Maria Sales Placidino**; a Conselheira Titular do Ministério do Desenvolvimento e  
11 Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), **Ana Carolina Souza Ferreira**; a Conselheira  
12 Titular do Ministério da Educação (MEC), **Wilma De Nazaré Baía Coelho**; a Conselheira Titular do  
13 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), **Ana Flávia Magalhães**; a  
14 Conselheira Titular do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), **Daniela**  
15 **Luciana Da Silva**; o Conselheiro Titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP),  
16 **Seimour Pereira De Souza Filho**; a Conselheira Titular do Ministério das Mulheres (MMulheres),  
17 **Vânia Viana Santos**; a Conselheira Titular do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO),  
18 **Danielle Cavagnolle Mota**; o Conselheiro Titular do Ministério da Saúde (MS), **Marcos Moreira**  
19 **Da Costa**; a Conselheira Titular do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), **Anatalina Lourenço**  
20 **Da Silva**. Estiveram presentes, pela Sociedade Civil, a Vice-Presidente e Conselheira Titular da  
21 União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), **Marina Lais Duarte Da Silva**; o Conselheiro  
22 Titular da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs), **Nuno Coelho De Alcantara**

**Junior**; o Conselheiro Suplente da Associação Nacional das Mulheres Ciganas (ANMC), **Marcos Túlio Costa Gattas**; o Conselheiro Suplente da Casa de Cultura Ile Ase D'osoguiã (CCIAO), **Luiz Leno Silva De Farias**; a Conselheira Titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT), **Maria Júlia Reis Nogueira**; o Conselheiro Titular do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), **Gilvan Ferreira De Souza**; o Conselheiro Titular da Coalizão Negra Por Direitos (CND), **Airton Ferreira Da Silva**; o Conselheiro Titular do Coletivo de Entidades Negras da Bahia (CEN-BA), **Antonio Ricardo Herculano Da Silva**; O Conselheiro Suplente do Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER), **Afonso José Dias Gomes**; a Conselheira Titular da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU), **Carlene Patricia Santos Printes Cabral**; a Conselheira Titular da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (CONAQ), **Maria Aparecida Ribeiro De Sousa**; o Conselheiro Titular da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), **Igor Correia Dos Prazeres**; a Conselheira Titular do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), **Iyá Vera Beatriz Soares**; a Conselheira Titular do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), **Jovanna Baby Cardoso Da Silva**; a Conselheira Titular do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, **Deuzília Pereira Da Cruz**; a Conselheira Titular do Instituto Alma Preta Jornalismo, **Elaine Maria Da Silva De Toledo**; a Conselheira Suplente do Movimento Negro Unificado (MNU), **Karen Liliane Do Nascimento**; o Conselheiro Titular da Rede Amazônia Negra (RAN), **Paulo Axé**; o Conselheiro Suplente da Rede Amazônia Negra (RAN), **Ivo Gregório De Campos**; o Conselheiro Suplente da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde - RENAFRO SAÚDE, **Olumide Betinho**. Estiveram presentes, como Notório-Saber, Conselheiro **Wanderson Flor do Nascimento**; e o Conselheiro **Douglas Belchior**. Estiveram presentes, como convidados, a Secretária Nacional de Planejamento substituta (SEPLAN), **Flávia Pedrosa Pereira**, e a Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria Federal de Orçamento (SOF), **Clarice Fernandes Marinho**, ambas do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); o Secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SENAPIR), **Yuri Santos Jesus da Silva**, o Chefe de Gabinete da Ministra (GAB), **Luiz Felipe Jesus de Barros**, e a Coordenadora-Geral de Relações Institucionais, **Janaína Fernandes da Silva**, da Assessoria de Participação Social e Diversidade (CGRI/ASPAD), todos do Ministério da Igualdade Racial (MIR); e a Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família (SNFC), **Luciana Lacerda Daniel**, e a servidora **Marina Farias Rebelo**, ambas do Ministério do

Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Por fim, estavam presentes a equipe da Secretaria-Executiva do Conselho, composta pela Secretária-Executiva do Conselho, **Larissa da Cruz Santiago**; a Coordenadora da Secretaria-Executiva do Conselho, **Híris de Paulo Martins**, e a Assistente Administrativa do Conselho, **Edna Gabrielle da Silva**. A Vice-presidente Marina Duarte abriu a reunião com agradecimentos à presença das conselheiras e dos conselheiros, informou a existência de quórum e leu a Ordem do Dia, que consistiu em: às 09h30 - *Abertura da Presidente/ Vice-Presidente do Conselho e Mesa Diretora*; às 09h40 - *Aprovação da Pauta da 87ª RO CNPIR e Aprovação das ATAS (1ª, 2ª, 3ª, 4ª RE; 85ª e 86ª RO)*; às 10h – *Temas Prioritários: - Informe dos encaminhamentos da 86ª RO, Orçamento CNPIR, Decreto do SINAPIR, Informes ODS18 e Conferência da Diáspora; entre às 12h e 13h30 – Intervalo de Almoço; às 13h30 - Inscrições para fala, Votações e Deliberações; às 15h Reunião das Comissões Permanentes; e às 18h30 – Encerramento*. O Conselheiro Antônio Herculano e o Conselheiro Igor Prazeres solicitaram que fosse contabilizado e informado, separadamente, quantos conselheiros do Poder Público e da Sociedade Civil estavam presentes. A Secretária-Executiva do Conselho Larissa Santiago informou que o quórum estava composto pelo total de 26 (vinte e seis) conselheiros presentes, sendo 7 (sete) do Poder Público, especificamente da CC/PR, MMulheres, MJSP, MPO, MGI, MDS e MDA, e 19 (dezenove) da Sociedade Civil. Lembrou que a reunião estava programada para iniciar às 9h da manhã e que, de acordo com o Regimento Interno do CNPIR, após decorridos trinta minutos do horário de início programado, a reunião pode iniciar com qualquer quórum. O Conselheiro Luiz Leno relatou que participa de outros espaços de controle social e construção coletiva com o governo e que a ausência de representações do Poder Público nestes espaços é recorrente. Argumentou que a presença dos conselheiros do Poder Público que estavam presentes não supre a necessidade de resposta de todas as questões referentes à pauta racial. Sugeriu que o Conselho solicite a substituição dos conselheiros do Poder Público que não tem condição de participar das reuniões. Iniciada a reunião, a Vice-presidente Marina Duarte indagou sobre manifestação de discordância em relação à Ordem do Dia e, não havendo manifestação, anunciou a aprovação da Ordem do Dia com unanimidade pelo Pleno. Em seguida, registrou a importância do mês de julho, como mês em que se celebra as mulheres negras Latino-Americanas e Caribenhas, parabenizando e homenageando a luta das mulheres negras do Conselho, das organizações que compõem o Conselho e de todas as mulheres da sociedade que fazem a luta diária pela vida, pela democracia, pelo bem viver das mulheres, meninas e mais velhas. O Conselheiro Nuno Coelho pediu a palavra para, seguindo o momento de homenagem considerada

85 muito justa a todas as mulheres negras, somar homenagem e manifestação pública do Conselho a  
86 Flávio Jorge, uma das maiores lideranças negras do Brasil, e outras figuras notáveis que passaram  
87 pelo CNPIR, como o professor Eduardo de Oliveira, autor de “Hino à Negritude”, que foi membro  
88 do Conselho enquanto notório-saber e que, naquele mês de julho, completaria 100 anos de vida. A  
89 Conselheira Jovanna Cardoso informou que em uma reunião da sociedade civil em Teresina, ocorrida  
90 entre os dias 8 e 11 de abril, mulheres trans pretas do Brasil discutiram sobre a palavra “homenagear”,  
91 que seria uma palavra masculina criada por homens para reconhecer os seus senhores, e que, a partir  
92 do encontro referido, as mulheres trans pretas, ao louvar outras mulheres, passarão a utilizar a palavra  
93 “molheragear” em substituição à palavra “homenagear” como contraponto às tentativas de retrocesso,  
94 muitas lideradas por homens, na sociedade em torno dos direitos das mulheres. Ato seguinte, a Vice-  
95 presidente Marina Duarte abriu o item de pauta referente à aprovação das atas pendentes da 85ª e da  
96 86ª reuniões ordinárias e da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª reuniões extraordinárias e indagou se algum conselheiro ou  
97 conselheira teria manifestação a tecer sobre as atas. O Conselheiro Airtton Ferreira cumprimentou a  
98 todas e a todos, apresentou pedido de vista sobre o item de pauta, por considerar que há  
99 inconsistências e falta de informações nas atas, fez a leitura de exemplos de falhas e solicitou que o  
100 item de pauta fosse suspenso e retomado na próxima reunião ordinária. A Vice-presidente Marina  
101 Duarte acatou o pedido de vista e abriu o próximo item da pauta. Convidou as representantes  
102 indicadas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Flávia Pedrosa, Secretária Nacional  
103 de Planejamento substituta (SEPLAN), e Clarice Marinho, Analista de Planejamento e Orçamento da  
104 Secretaria de Orçamento Federal (SOF), para apresentar a Agenda Transversal de Igualdade Racial  
105 do PPA 2024-2027. A Secretária Nacional de Planejamento substituta, Flávia Pedrosa, informou que  
106 atual regularmente na Subsecretaria de Programas de Infraestrutura e Planejamento Territorial, que  
107 não é a Subsecretaria que acompanha diretamente os programas da igualdade racial, porém estava  
108 substituindo a Secretária Nacional de Planejamento, que estava em missão no exterior. Informou que  
109 agenda transversal de igualdade racial é uma das cinco agendas transversais do Plano Plurianual da  
110 União de 2024-2027, que o PPA é o principal instrumento de planejamento de médio prazo do  
111 governo federal, com duração de quatro anos, e que o atual PPA foi aprovado no início de janeiro  
112 deste ano e conta com 88 programas que perpassam todos os ministérios da Esplanada. Ressaltou que  
113 é o único plano em que se pode observar as políticas públicas de todo o Governo Federal com  
114 objetivos, diretrizes, metas e indicadores, permitindo acompanhamento durante todo o período.  
115 Ressaltou que a constituição das agendas transversais no âmbito do PPA é uma iniciativa rica, porém

116 não é inédita, mas foi descontinuada no PPA 2020-2023. Informou que, nesta retomada, as cinco  
117 agendas transversais são crianças e adolescentes; mulheres; igualdade racial; povos indígenas e a  
118 agenda ambiental, que as agendas estão disponíveis na página do PPA, no site do Ministério do  
119 Planejamento e Orçamento. Argumentou que o objetivo das agendas transversais é viabilizar a  
120 consulta, por tema ou público específico, sobre o que existe em cada um dos 88 programas da  
121 Esplanada sobre essas agendas, e que este mapeamento facilitará o monitoramento e o  
122 acompanhamento e o relacionamento dessas agendas com o orçamento, com linguagem acessível,  
123 uma vez que estarão consolidadas, de modo detalhado, e não mais dispersas. Informou que o PPA é  
124 organizado em duas dimensões, na dimensão estratégica e na dimensão tática e que, uma das  
125 inovações do PPA é uma dimensão estratégica robusta, com indicadores chave-nacionais com  
126 objetivos estratégicos, que possibilitam uma comparação até com outros países em relação a temas  
127 que são importantes, enquanto a dimensão tática é o que se observa no dia a dia de atuação dos  
128 ministérios, composta pelos programas, pelos objetivos específicos, pelas entregas e pelas medidas  
129 institucionais. Apresentou quadro resumo do PPA, que inclui a visão de futuro, as prioridades, os  
130 eixos e as contribuições da sociedade civil recepcionadas no processo de construção do PPA  
131 Participativo por meio das plenárias estaduais, dos fóruns interconselhos e da plataforma Brasil  
132 Participativo. Afirmou que a agenda transversal da igualdade racial está inserida no eixo  
133 “Desenvolvimento Social e Garantia de Direitos” do PPA e que há três indicadores chave-nacionais  
134 referentes à pauta racial, que são: acompanhamento e trabalho em prol de uma redução da taxa de  
135 homicídios de negros, diminuição da razão entre o rendimento médio do trabalho de brancos e o  
136 rendimento médio do trabalho dos negros e diminuição da razão entre a taxa de frequência líquida de  
137 brancos e de negros no ensino superior na faixa etária de 18 a 24 anos, com o objetivo de reduzir a  
138 razão de 1.93 para 1.51. Informou que a agenda transversal foi organizada, assim como as outras  
139 quatro agendas transversais, com base em dimensões, e que para cada uma dessas dimensões estão  
140 relacionados os objetivos específicos, as metas e os indicadores, e, também, na camada gerencial, as  
141 entregas e as medidas institucionais e normativas. Informou que agenda transversal da igualdade  
142 racial contém seis dimensões, que são: (i) garantia de direitos e cidadania plena; (ii) educação e  
143 formação para inclusão e empregabilidade; (iii) proteção e promoção da cultura, história, memória e  
144 saberes ancestrais; (iv) direito à Terra e à produção; (v) políticas para quilombolas; e (vi) capacidade  
145 institucional, articulação e participação. Como exemplo, na dimensão “garantia de direitos de  
146 cidadania plena”, há a quantidade de municípios que tenham aderido ao programa integrado e

147 multissetorial de serviço de atenção aos direitos humanos da juventude negra, cujo objetivo é, no  
148 período do PPA, implementar nos 163 municípios que concentram 50% das mortes por agressões  
149 intencionais, segundo DATASUS, bem como ações diversas contra todas as formas de violência,  
150 preconceito, desigualdades de gênero, de raça, entre outros, no esporte brasileiro e em eventos  
151 correlatos. Na dimensão “educação e formação para inclusão e empregabilidade”, os exemplos  
152 apresentados foram a ampliação do número de servidores negros qualificados para a ocupação de  
153 cargos de liderança, que é um compromisso da administração pública federal; a qualificação no  
154 âmbito de economia popular e solidária da população negra e de povos e comunidades tradicionais e  
155 de quilombolas; o aumento gradativo de matrículas na graduação pela população negra. Na dimensão  
156 “proteção e promoção da cultura, história, memórias e saberes ancestrais, incluem-se o fomento a  
157 projetos em comunidades relacionadas a relacionados a bens culturais afro diaspóricos e de projetos  
158 de memória e de reparação em equipamentos culturais relacionados ao patrimônio cultural afro  
159 diaspórico. Então, essa dimensão tem por objetivo uma contribuição para a reparação histórica do  
160 desse apagamento da cultura afro-brasileira e promover seu reconhecimento como estruturante na  
161 formação histórica da sociedade e da cultura. Na dimensão “direito à Terra e à produção”, a ampliação  
162 da participação dos agricultores e agricultores familiares da população negra. Na dimensão “políticas  
163 quilombolas”, a ampliação do número de matrículas de estudantes em escolas quilombolas da  
164 educação básica; e a titulação de territórios de comunidades quilombolas em hectares ano a ano. Por  
165 fim, destacou que a agenda foi lançada em maio de 2024, está disponível para consulta de todos, e  
166 que a intenção é de que aproximá-la cada vez mais do orçamento, por isso é um trabalho  
167 complementar entre a Secretaria de Planejamento Nacional e a Secretaria de Orçamento Federal. A  
168 Vice-presidente Marina Duarte agradeceu a apresentação a Secretária substituta Flávia Pedrosa e  
169 passou a palavra para Clarice Marinho, servidora da Secretaria de Orçamento Federal. A servidora  
170 Clarice Marinho cumprimentou o Pleno do Conselho, informou que trabalha especificamente na  
171 Subsecretaria de Temas Transversais, que é uma área nova que compõe a estrutura da Secretaria de  
172 Orçamento Federal, e cuja atual subsecretária é a senhora Elaine Xavier. Informou que a subsecretaria  
173 identifica as ações orçamentárias que compõem a agenda transversal da igualdade racial, trazendo  
174 como exemplo o processo de elaboração do projeto de lei orçamentária anual de 2025. Explicou que  
175 a fase qualitativa de elaboração é a fase em que os ministérios ajustam o cadastro de ações  
176 orçamentárias, propõem novas ações ou organizam seu orçamento, por exemplo, ajustando a forma  
177 de implementação daquela ação. Com isso, a subsecretaria identifica, por meio de palavras-chave, o

rol de ações que estão dentro da agenda da igualdade racial, faz uma marcação gerencial, chamada de etiquetagem, e apresenta ao Congresso Nacional, junto com as propostas orçamentárias, para apreciação e sinalizar possíveis ações a serem suplementadas por emendas parlamentares. Informou que estas informações estarão disponíveis no Painel de Orçamento Federal, que é de acesso público. Explicou que, na medida que as ações são realizadas, os Ministérios registram as entregas físicas e financeiras no módulo do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), o que possibilita o acompanhamento da execução das ações pela SOF e a produção de um relatório dos gastos, que está previsto no projeto de lei de diretrizes orçamentárias de 2025, sendo um para cada uma das agendas do PPA. Registrou que a SOF se inspirará nas experiências dos relatórios do orçamento mulher e da primeira infância. Informou que a metodologia de identificação desses gastos e os relatórios de gastos que estão previstos na lei de diretrizes. Por fim, comentou sobre um trabalho que tem sido feito pela SOF junto com a SEPLAN, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que são os seminários sobre transversalidade, em que é abordando cada uma das agendas transversais na busca de capacitar os servidores, especialmente da área de planejamento e orçamento, e cujo próximo seminário seria sobre transversalidade da perspectiva racial, a ser realizado no dia 23 de julho, na ENAP. A Vice-presidente Marina Duarte agradeceu a explanação e abriu a fala para os conselheiros. O Conselheiro Luiz Leno Farias cumprimentou a todos. Argumentou que 239 entregas representa um montante bem expressivo e indagou se há orçamento previsto para elas e, se não tem, como será garantido e se haverá diálogo direto com os movimentos sociais para participar e acompanhar essas entregas, considerando que serão direcionadas a partir de um recorte diferenciado dentro de uma sociedade racista, que é necessário acessar territórios periféricos e que esses territórios quem acessa são os movimentos sociais. Indagou, também, qual a participação do Ministério e do CNPIR, ainda que tenha caráter consultivo, no acompanhamento dessas entregas. Questionou se, dentro das 239 entregas, houve priorização dos povos tradicionais na manutenção e reconhecimento de titulação de seus territórios. Perguntou se, na questão da educação, existe perspectivas dentro das entregas de educação afro-referenciada dentro da perspectiva de EREER. No que se refere à economia popular e solidária, indagou se o fortalecimento dos territórios, dos saberes e das construções de etnodesenvolvimento são pautados nas entregas. Questionou quando será publicado o relatório de gastos referente à agenda transversal da igualdade racial. Indagou se a garantia das emendas é concreta. Por fim, ressaltou a importância de participação do Conselho no seminário, para desconstruir o racismo estruturado na gestão pública por meio de diálogo da

209 sociedade civil com os técnicos, demonstrando as implicações do racismo no cotidiano da população  
210 que dele sofre. A Secretária Nacional de Planejamento substituta, Flávia Pedrosa, informou que o  
211 planejamento representa a intenção declarada e que esta é uma aposta bem consistente, uma vez que  
212 será monitorada ano a ano e semestre a semestre, além de estar transparente para toda a população e  
213 daqueles que mais acompanham aquelas agendas específicas. Explicou que primeiro é aprovada a lei  
214 do PPA, que é a lei macro, que traz os direcionamentos mais gerais, e, posteriormente, um decreto de  
215 gestão que regulamenta o PPA. Argumento que, no atual PPA, foi feita uma inversão na questão da  
216 sistemática do monitoramento, uma vez que o SIOP ficará aberto permanentemente para os Mistérios,  
217 de modo que, na medida em que os ministérios forem observando um avanço no alcance das suas  
218 metas, que for possível apurar aquelas metas através dos seus indicadores, ele pode incluir no sistema,  
219 o que tornará as informações visíveis tanto internamente para as equipes do governo federal, quanto  
220 para a sociedade por meio de um Pannel, que está em fase final de desenvolvimento e que vai ser  
221 disponibilizado para o amplo acompanhamento social de sobre todo o andamento do que está  
222 declarado no PPA. Reforçou que a transparência e o monitoramento contínuo foram tomados como  
223 postos-chaves da dinâmica. Argumentou que as 239 entregas mencionadas não estão camada legal  
224 do PPA, mas sim na camada gerencial do PPA, o que significa que elas são facilmente atualizáveis.  
225 Informou que há períodos anuais de atualização do PPA. No que tange à priorização e à garantia de  
226 execução, reforçou que ocorre por determinação de cada pasta ministerial no início do processo  
227 orçamentário, quando é divulgado o referencial monetário para cada órgão. Argumentou que o  
228 acompanhamento de entidades da sociedade civil e de órgãos colegiados para incentivar os  
229 Ministérios a olharem com mais atenção para aquilo que não está caminhando conforme planejado é  
230 uma força para que o atributo alcance ou ajuste a meta planejada. No que tange à titulação de  
231 territórios de comunidades quilombolas em hectares, informou que, salvo engano, é um objetivo  
232 específico do MDA, no âmbito do INCRA, quem tem a gradação de alcance durante o período do  
233 PPA. Argumentou que eventuais lacunas no PPA são passíveis de identificação e de inclusão no PPA  
234 nesses períodos de revisão e sugeriu que os conselheiros analisem os espelhos dos programas que tem  
235 interesse e, caso identifiquem alguma lacuna, entrem em contato para pontuá-las para revisão. O  
236 Conselheiro Antonio Herculano explanou sobre a questão da qualificação para empregabilidade,  
237 argumentando a necessidade de todos em ter atenção ao discurso quando falar de qualificação, pois  
238 há pessoas pretas e pretos qualificados para exercer qualquer função. Indagou quanto de orçamento  
239 os Ministérios têm e quanto destes orçamentos são destinados aos Ministérios para políticas públicas



para a população negra. Questionou como funciona a questão da destinação das emendas, se estão indo diretamente para os ministérios e os ministérios fazem o repasse, ou se podem ir diretamente aos municípios. A servidora Clarice Marinho argumentou a ferramenta de transparência do Painel do Orçamento Federal tem um no módulo agendas em que se pode verificar o valor desde o projeto de lei, o valor destinado na lei orçamentária e o acompanhamento da execução orçamentária, incluindo a dotação, o empenhado, liquidado e o pago de cada uma das ações orçamentárias que estão compondo a agenda. Indicou que estas informações podem ajudar a visualizar os gastos dos Ministérios em termos de volume de gastos para a agenda, facilitando o monitoramento e o controle social. Informou que, como técnica, não consegue afirmar se há garantia de orçamento, já que o orçamento é uma peça técnica e política, e que essa definição depende da parte política. Afirmou que dentro do Painel, os gastos estão distribuídos em dois tipos de gastos, sendo “exclusivos” e “não exclusivos”; e que a maior parte do gasto da agenda é não exclusivo, porque a ação orçamentária, em geral, vai atender outros públicos também. Neste sentido, os esforços da SOF é colaborar com os Ministérios para desagregar as informações, identificando, dentro desses gastos não exclusivos, qual é o gasto para a população negra e outros recortes sociais que têm suas demandas específicas. A Secretária Nacional de Planejamento substituta, Flávia Pedrosa, complementou que, em relação aos recursos para os entes subnacionais, para os municípios, a União trabalha com a sistemática de transferências obrigatória, de transferências voluntárias, de editais que os municípios podem acessar e de termos de transferência. O Conselheiro Igor Prazeres saudou todas as mulheres negras em referência ao mês de julho das pretas e desejou a todas e todos uma reunião próspera. Ressaltou que a população negra é a maioria no Brasil, entretanto tem o menor orçamento dos Ministérios. Argumentou que o Painel anunciado será importante para permitir o controle social, que é um papel do Conselho. Indagou quais são os prazos das janelas orçamentárias para possibilitar as indicações não só ao próprio Ministério da Igualdade Racial como disputar o orçamento dos demais Ministérios. Perguntou se nessas agendas transversais tem informações, por exemplo, se o MDA tem realizado as titulações de fato, e quais os mecanismos para o Conselho disputar esses orçamentos de maneira mais efetiva. A Conselheira Vânia Viana agradeceu e parabenizou a exposição do MPO e lembrou que já fizeram uma exposição específica para o Ministério das Mulheres. Diante da quantidade de elementos e das dúvidas dos conselheiros, propôs à Mesa Diretora que, na 88ª ou 89ª reunião ordinária do Conselho, houvesse um dia inteiro para tratar sobre a questão orçamentária, por ser uma questão fundamental para a sociedade civil e para o governo. A Vice-presidente Marina Duarte agradeceu a

271 sugestão da Conselheira Vânia Viana, informou que a Mesa Diretora apreciará a proposição e  
272 encaminhará para a próxima reunião. A Secretária Nacional de Planejamento substituta, Flávia  
273 Pedrosa, explicou que o processo é orçamentário segue um rito bastante específico e com poucas  
274 mudanças ano a ano, o que inclui as etapas qualitativa e quantitativa. Informou que a interlocução é  
275 feita muito estritamente entre a SOF e os órgãos setoriais de planejamento e orçamento dos  
276 ministérios e que há um momento que consolida a abertura desses processos, que geralmente é uma  
277 palestra aberta, com informações gerais, incluindo prazos, que apesar de ser divulgada e direcionada  
278 para os ministérios, fica disponível no Youtube. Registrou que a etapa qualitativa é a etapa na qual  
279 os ministérios revisam as suas ações orçamentárias e propõem a abertura de novas ações e que a etapa  
280 quantitativa define os valores para cada ação com fundamento no referencial monetário que é  
281 distribuído para cada Ministério, sendo todas as inserções feitas via SIOP. A servidora Clarisse  
282 Marinho se colocou à disposição do Conselho para participar da atividade sugerida pela Conselheira  
283 Vânia Viana. A Vice-presidente do CNPIR Marina Duarte agradeceu as explanações das convidadas.  
284 Em seguida, passou a palavra para a Presidente do Conselho e Ministra de Estado da Igualdade Racial,  
285 Anielle Franco, para saudação ao Pleno por meio de videoconferência. A Presidente do CNPIR,  
286 Anielle Franco, cumprimentou o pleno e justificou que, em decorrência de uma emergência familiar,  
287 não pode comparecer presencialmente à reunião. Ressaltou que conseguiu acompanhar as  
288 intervenções, agradeceu a presença dos convidados e a parceria com a Mesa Diretora, que tem se  
289 reunido regularmente. Reforçou que fez questão de estar presente, mesmo que por videoconferência,  
290 por entender a importância de fortalecer o espaço do Conselho, que é imprescindível para o  
291 Ministério. Por fim, informou que seguiria acompanhando a reunião e que, caso perdesse algum  
292 trecho, posteriormente se atualizaria dos encaminhamentos. A Vice-presidente do CNPIR Marina  
293 Duarte agradeceu a fala da Presidente do CNPIR e, em seguida, passou a palavra para as convidadas  
294 da Secretaria Nacional de Políticas de Cuidado e Família do Ministério do Desenvolvimento e  
295 Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS), a Chefe de Gabinete, Luciana Lacerda,  
296 e a servidora Marina Farias. A Chefe de Gabinete Luciana Lacerda cumprimentou as pessoas  
297 presentes e, em nome do Ministro Wellington Dias, agradeceu o convite ao MDS. Relatou que o  
298 ministro estava participando de fórum de políticas sociais e agendas transversais na ONU e que o  
299 Secretário-Executivo Osmar Dias estava em atividade na Conferência Nacional das Pessoas com  
300 Deficiência, motivos pelos quais não puderam comparecer. Informou que a Secretária Laís Abramo  
301 estava em conferência na Guatemala e retornaria apenas no dia 18. Em seguida, apresentou informe

sobre a Política Nacional de Cuidados, que contou com a participação de 20 ministérios, incluindo o MIR e o MPO, informou que a mensagem presidencial de encaminhamento do PL da política foi assinada no dia 3 de julho foi protocolado no Congresso Nacional, sob o nº 2.762, de 2024. Explicou que um dos princípios da política é o antirracismo e que o GTI de construção da política promoveu participação ampliada, não só dos ministérios, mas também das entidades e organizações da sociedade civil, por meio de 34 rodas de conversa, incluindo a realizada com o CNPIR, pela qual agradeceu ao Conselho. Informou que o próximo passo é a construção do Plano Nacional de Cuidados, porque a política ela vai ser interfederativa e intersetorial e está sendo pactuado com os ministérios quais ações que cada Ministério vai contribuir para inserção no Plano. A servidora Marina Farias agradeceu o convite ao MDS, introduziu que a política está sendo construída desde o ano passado e que é muito paradigmática, uma vez que a proposta da política é visibilizar o trabalho do cuidado, que é não remunerado, invisibilizado e que sobrecarrega sobretudo as mulheres, principalmente as mulheres negras. Reforçou que não é possível pensar uma política de cuidados no Brasil que não considere a estrutura racial sob a qual esse país se formou, as heranças escravistas que esse país ainda tem e que culminam nas sobrecargas das mulheres negras. Lembrou que um dos públicos da política são as trabalhadoras do cuidado remunerado e não remunerado, em que se incluem as trabalhadoras domésticas, das quais 70% são mulheres negras, e que é urgente o fortalecimento da política, uma vez que a sociedade brasileira está envelhecendo e a tendência é a demanda de cuidados aumentar. Ressaltou a importância da mobilização da sociedade civil para sensibilizar os parlamentares sobre a relevância de se aprovar a política. A Vice-presidente do CNPIR Marina Duarte agradeceu a explanação e abriu a fala para os conselheiros. A Conselheira Ana Carolina cumprimentou a todos, reiterou a sugestão da Conselheira Vânia Viana sobre proposição de um dia para discussão do orçamento e que fossem convidados os diferentes ministérios para apresentar o que tem sido feito sobre a pauta racial. Argumentou que o MDS tem 6 secretarias, com diferentes políticas e áreas com relação direta com a questão da igualdade racial, que podem ser convidadas. Apresentou informe que, na semana passada, realizou-se um encontro nacional dos colegiado de gestores municipais de assistência social em São Paulo. Informou que é um encontro realizado todos os anos, precedido de encontros regionais e nacional, e que o encontro nacional contou com a participação do Secretário Yuri, o que considerou importante, na medida em que trouxe a questão da igualdade racial, porque ainda hoje a política de assistência social é uma política institucionalmente racista e que apresenta muitas dificuldades de conseguir avançar nesse debate. O Conselheiro Nuno Coelho indagou qual a

333 musculatura do programa, a abrangência em termos de atingir a sociedade brasileira que cuida.  
334 Exemplificou que esteve no Mato Grosso do Sul, cujo governo do estado está implantando um  
335 programa estadual nesse tema que prevê uma colaboração pecuniária a quem comprovar que atua  
336 integralmente com atividades de cuidado. Lembrou da realização da roda de conversa com o CNPIR,  
337 argumentando que, na época, era no campo das ideias e que, agora, o MDS apresenta uma proposta  
338 já formatada e encaminhada ao Congresso. Indagou quais são os objetivos e os eixos da política. A  
339 Chefe de Gabinete Luciana Lacerda informou que o PL tem como objetivo a garantia dos cuidados a  
340 todas as pessoas que deles necessitam, de forma gradual e com o público é prioritário definido no  
341 primeiro momento, sendo uma garantia ao cuidado a ser feita gradualmente. Explicou que o raciocínio  
342 é o da corresponsabilização entre Estado, mercado e família, uma vez que hoje grande parte da  
343 responsabilidade dos cuidados é pela família, dentro da família, normalmente, pelas mulheres e,  
344 dentre as mulheres, normalmente, as mulheres pretas. Reiterou a importância de, para além de olhar  
345 para as pessoas que precisam de cuidado, olhar para as pessoas que cuidam, que são as trabalhadoras  
346 e trabalhadores não remunerados, como também as trabalhadoras remuneradas. Informou que há  
347 iniciativas conjuntas entre SUS e SUAS sobre a agenda de cuidados e que há PL, salvo engano, da  
348 deputada Jandira em tramitação na Câmara dos Deputados sobre remuneração. Argumentou que a  
349 ideia da política de cuidados é visibilizar e valorizar o trabalho do cuidado, considerando que se  
350 computar todo o trabalho de cuidados, especialmente não remunerado, é possível que se chegue a um  
351 valor absurdo de complementação do PIB e que estudos nesse sentido estão abrangidos na política.  
352 Lembro que recentemente foi aprovada, salvo engano, na comissão das mulheres da Câmara dos  
353 Deputadas um PL da deputada Luizianne Lins, que aprova esse estudo da economia do cuidado. A  
354 servidora Marina Farias argumentou que o cuidado é um termo muito polissêmico. Informou que foi  
355 realizada uma consulta pública pelo Participa +Brasil e escutas com sociedade civil para que se  
356 pudesse trazer qual é o marco conceitual quando se fala de cuidado. Para o PL da política de cuidados,  
357 informou que o cuidado é considerado um direito de todas e um bem público que é necessário à  
358 reprodução da vida e que movimenta a economia. Informou, também, que a política trabalha com o  
359 universalismo progressivo, considerando as diversas realidades do Brasil, partindo de públicos  
360 prioritários, como pessoas idosas e pessoas com deficiência que tenham demandas de cuidado para a  
361 execução das tarefas da vida diária; crianças e adolescentes, com atenção especial à primeira infância;  
362 e trabalhadoras e trabalhadores do cuidado, remunerados ou não. Reiterou a importância desse PL,  
363 sugerindo que, caso medidas não sejam tomadas, chegará um momento em que a população brasileira

364 vai estar envelhecida e que a demanda de cuidado vai se sobrepor à oferta de cuidados. Sugeriu a  
365 necessidade de transformação cultural, no sentido de desnaturalizar que o cuidado é um trabalho  
366 feminino e que as mulheres nasceram para esse cuidado, e que este é um dos eixos da política.  
367 Informou que compartilharia a íntegra dos documentos do PL e que a expectativa de lançamento do  
368 plano é no segundo semestre de 2024. Por fim, informou que as 100 ações previstas dialogam com  
369 outros planos, por exemplo, como o Plano Juventude Negra Viva, com o Plano Ruas Visíveis e com  
370 o Plano Viver Sem Limites. A Secretária-Executiva do Conselho Larissa Santiago agradeceu a  
371 presença das representantes do MDS, informou que a Vice-presidente precisou se ausentar  
372 momentaneamente e convidou o Secretário Yuri Silva para apresentação. O Secretário Yuri Silva  
373 agradeceu a oportunidade do espaço e saudou o Pleno do CNPIR, reconhecendo sua relevância para  
374 o Ministério e para as políticas de igualdade racial. Informou que a ideia da participação do SENAPIR  
375 era apresentar um plano de reestruturação do SINAPIR, que já está em processo de implementação e  
376 que tem no CNPIR e no diálogo com a sociedade civil, uma etapa muito importante para o  
377 aperfeiçoamento das normativas. Argumentou que o processo iniciou após diagnóstico da situação do  
378 SINAPIR, que ensejou a percepção de necessidade de revisão e edição de quatro normativos da  
379 política de igualdade racial, sendo eles o decreto que institui a Política Nacional de Promoção da  
380 Igualdade Racial - PNPIR, que é o Decreto nº 4.886, de 2003; o decreto que regulamenta o Sistema  
381 Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, o Decreto nº 8.136, de 2013, previsto no  
382 Estatuto da Igualdade Racial e que foi regulamentado apenas em 2013, por meio desse decreto; a  
383 publicação de portaria interministerial, que institui o regimento interno e o próprio Fórum  
384 Intergovernamental de Gestores de Promoção da Igualdade Racial - FIPIR, também previsto na  
385 regulamentação do sistema; e a publicação de uma nova portaria ministerial que regulamenta a adesão  
386 consorciada de municípios ao SINAPIR e todo seu regimento. Argumentou que SINAPIR tem três  
387 instâncias na condução das políticas públicas de igualdade racial, sendo elas a dimensão  
388 intraministerial, no sentido de como o SINAPIR dialoga com as políticas executadas, elaboradas,  
389 planejadas e executadas pelo próprio MIR e suas secretarias finalísticas; a uma dimensão  
390 intergovernamental, entendendo que o sistema é essencialmente vertical na sua interfederatividade e  
391 intersetorialidade, ressaltando a relevância do diálogo com o conjunto dos ministérios para que as  
392 políticas cheguem nos estados e municípios de forma racializada; e a dimensão interfederativa do  
393 diálogo com os estados e municípios, envolvendo diálogo com órgãos de promoção da igualdade  
394 racial, com os conselhos de promoção da igualdade racial, enquanto instâncias de controle e

395 participação social, bem como com órgãos locais de políticas setoriais. Explicou que as principais  
396 mudanças que estão sendo propostas visam compatibilizar as atuais agendas do movimento social  
397 negro e da sociedade de uma forma geral, renovando os regramentos, criando a modalidade de adesão  
398 consorciada para estimular a criação de consórcios públicos voltados para a promoção da igualdade  
399 racial e também permitir adesão por meio dos consórcios temáticos, a exemplo dos consórcios  
400 intermunicipais de saúde, ou para outras finalidades e dos consórcios multifinalitários, como o do  
401 Nordeste e o da Amazônia. Informou sobre início de diálogo sobre acordo de cooperação técnica com  
402 o Consórcio do Nordeste junto com a equipe da governadora Fátima Bezerra, que atualmente é  
403 presidente do consórcio, e que o Conselho será convidado a analisar os termos desse acordo de  
404 cooperação. Informou que uma proposta que está em discussão dentro desse processo de renovação  
405 é a criação de um comitê permanente interministerial de políticas de igualdade racial que emule o que  
406 hoje é feito no sistema de segurança alimentar e nutricional por meio da CAESAN, o que  
407 impulsionaria a política de igualdade racial devido a seu caráter transversal e pela necessidade de  
408 racializar nas outras pautas. Ressaltou a importância e a intenção de transformar essas normativas em  
409 lei, diante da ameaça constante de desmonte das políticas de direitos humanos, especialmente da  
410 igualdade racial. Sinalizou que a expectativa é que os documentos sejam assinados em novembro de  
411 2024. Explicou sobre a intenção de se criar um regime específico de transferência de recursos para a  
412 política de igualdade racial, inspirado na lei de alimentação escolar e no PDDE, que seja uma regra  
413 de transição até a aprovação de eventual fundo de promoção da igualdade racial. Informou que, no  
414 diálogo com o Congresso Nacional, a ideia é a proposição da lei nacional da política nacional de  
415 promoção da igualdade racial, com essa regra de transição sobre financiamento, criando um regime  
416 específico para transferência de recurso entre os entes subnacionais. Anunciou que seria publicado,  
417 até o começo do mês de agosto, a nova portaria do programa de aperfeiçoamento equipagem,  
418 modernização dos órgãos e conselhos de pir, junto com um edital de fortalecimento das políticas  
419 estaduais de promoção da igualdade racial, para transferência de recursos, por meio de convênio, aos  
420 estados ainda nesse ano. Informou sobre o ciclo de formação de conselheiros estaduais e municipais  
421 que está em discussão com a mesa diretora do CNPIR, que visaria um processo formativo de nos  
422 próximos 2 anos, concluindo-se com a formação de uma rede nacional de conselheiros de pir. Sobre  
423 o FIPIR, informou que a expectativa é de que sua primeira reunião ainda ocorra em 2024. Relatou,  
424 também, sobre parceria com o BID, para discutir uma nova formatação para o que hoje são os centros  
425 de referência, no que seriam as casas da igualdade racial. Apresentou o cronograma de aprovação dos

426 normativos, que envolve reuniões de grupo de trabalho técnico do Ministério, consulta pública ampla  
427 online, consulta ao Pleno do CNPIR e consulta a gestores e conselheiros dos entes federados. Por fim,  
428 reforçou que a ideia da apresentação, para além de demonstrar o que está sendo feito, era escutar as  
429 percepções dos conselheiros visando o aprimoramento dos normativos. A Vice-presidente Marina  
430 Duarte agradeceu a apresentação do Secretário Yuri Silva e abriu para fala dos conselheiros. O  
431 Conselheiro Igor dos Prazeres parabenizou o secretário pela explanação, enaltecendo o processo  
432 participativo previsto no cronograma de revisão dos normativos, e a articulação com o Consórcio do  
433 Nordeste e outros fóruns. Questionou quais as estratégias de participação popular previstas na  
434 reformulação do CNPIR. Lembrou que há outras estratégias do governo sendo implementadas, como  
435 o Fórum Interconselhos. Indagou se, para além do FIPIR, há possibilidade de normatizar um fórum  
436 interconselhos de promoção da igualdade racial. O Conselheiro Nuno Coelho saudou o secretário  
437 Yuri pela explanação e comentou que, caso as modalidades apresentadas se efetivem, o SINAPIR se  
438 aproximará de uma perspectiva satisfatória de representatividade e de acúmulo do debate sociedade  
439 civil e governo, uma vez que se abriria espaço não só para o controle das políticas, mas para a  
440 participação social ativamente na construção dessas políticas. Argumentou sobre a necessidade de se  
441 materializar essas proposições e que elas tenham impacto nos municípios, para que viabilize a  
442 mudança de vida e a transformação da sociedade. Reforçou a importância de os conselhos estarem  
443 atrelados à execução da política para garantir a efetividade da sociedade civil na gestão das políticas  
444 públicas a partir do controle e sugeriu que, para não haver um trabalho desassociado às atividades da  
445 Secretaria, um membro do SENAPIR acompanhasse, especialmente, as reuniões da Comissão  
446 Permanente de Gestão e Conselhos do CNPIR. A Conselheira Maria Júlia cumprimentou a todos e  
447 parabenizou todas as apresentações feitas pelos convidados dos Ministérios. Informo, enquanto  
448 representante da CUT, que existe o fórum das CUTs do Nordeste, que é integrado pelas 7 CUTs  
449 estaduais. Argumentou que é importante observar e criar agrupamentos como esse de maneira  
450 regionalizada, tendo em vista as diferenciações regionais que precisam ser consideradas. Apresentou  
451 preocupações sobre a falta de informações concernentes à Conferência da Diáspora, argumentando  
452 que conferência está próxima e que as informações repassadas até o momento são insuficientes para  
453 subsidiar eventual participação do CNPIR. O Secretário Yuri Silva explicou que a ideia era de que o  
454 processo formativo nos conselhos municipais e estaduais resultasse em uma rede nacional de  
455 conselheiros de políticas de igualdade racial, a exemplo do fórum interconselhos, e que seria previsto  
456 no decreto do SINAPIR. Por fim, solicitou aos conselheiros que, na atividade do segundo dia,

457 trouxessem percepções, demandas e lacunas sobre como deve ser o desenho do sistema. Em seguida,  
458 a Vice-presidente Marina Duarte convidou Luiz Barros, Chefe de Gabinete da Ministra de Estado da  
459 Igualdade Racial, e Janaína Fernandes, Coordenadora-Geral de Relações Institucionais da Assessoria  
460 de Participação Social e Diversidade, para falar sobre o encontro da diáspora. A Coordenadora-Geral  
461 Janaína Fernandes cumprimentou a todos e justificou que a Chefe da Assessoria de Participação  
462 Social e Diversidade, Marcilene Garcia, não pode comparecer à reunião devido a uma questão  
463 burocrática de última hora. Relatou estar honrada de estar participando do espaço o conselho, que  
464 contempla entidades históricas do movimento negro que ajudaram a construir esse lugar de  
465 participação social no governo para debater as políticas de promoção da igualdade racial. Explanou  
466 sobre a orientação governamental do presidente Lula e do Ministro Márcio Macedo de para que as  
467 áreas dos ministérios valorizem estes órgãos de controle e participação social e se façam presentes  
468 nas reuniões dos conselhos de políticas públicas. Informou que a conferência regional da diáspora  
469 africana e dos afrodescendentes das Américas e do Caribe, organizada pelo governo federal em  
470 conjunto com a União Africana, será realizada de 29 a 31 de agosto, em Salvador, Bahia, e que  
471 mobilizará as nações em torno dos subtemas do Congresso Pan-Africano sobre a causa pan-africana,  
472 memória, restituição, reparação, além de fortalecer as raízes africana ao redor do mundo e estabelecer  
473 o maior diálogo entre os representantes de estado e da sociedade civil dos países da União Africana,  
474 das Américas, do Caribe e de outros importantes estados da diáspora africana. Argumentou que,  
475 reconhecendo o Brasil como o país de maior população negra fora do continente africano e com 2  
476 décadas de institucionalização de políticas de promoção da igualdade racial, a União Africana  
477 escolheu o Brasil para sediar o encontro da sexta região que integra a diáspora africana nas Américas  
478 e no Caribe pelo Alto Comitê Ministerial da União Africana sobre a década das raízes africana e da  
479 diáspora, presidido pelo Togo. Informou que o encontro será um dos preparatórios para o sexto  
480 Congresso Pan-africano a ser realizado no Togo, em outubro de 2024, que terá como tema  
481 “Renovação do panafricanismo e o papel da África na governança global, mobilizar recursos e  
482 reinventar se para agir”, que reunirá referências nos temas vinculado ao Congresso, com a presença  
483 de especialistas e pesquisadores, personalidade da cultura e da arte afro diaspórica, referências de  
484 movimentos sociais e representantes do setor público, e que a programação do encontro e o formato  
485 da participação seguem a metodologia estabelecida pelo sexto Congresso Pan-Africano. Recordou  
486 que, na última reunião da Mesa Diretora do CNPIR, foi solicitada a presença da Assessoria de  
487 Participação Social e Diversidade para breve apresentação sobre a conferência da diáspora e que, na



488 ocasião, informou que o evento previa a participação de 500 a 700 participantes, mas que este número  
489 teria sido reduzido para 200 participantes. Ressaltou que a Conferência se trata de uma agenda da  
490 Presidência da República, em colaboração com os Ministérios, sendo o MIR apenas parte no processo  
491 organizativo junto com os demais órgãos. Explicou que já existe um regulamento específico pré-  
492 estabelecido pela União Africana para esse encontro que é diferente ao formato de conferências que  
493 são realizadas pelo Brasil. Informou que, entre os 200 participantes, inclui-se a delegação  
494 internacional que virá ao Brasil para o evento. Por fim, concluiu que o MIR está na atividade como  
495 participante e que não possui autonomia de decisão, mas que estava sendo discutida a possibilidade  
496 atividades autogestionadas para garantir ampla participação social. O Chefe de Gabinete Luiz Barros  
497 cumprimentou o Pleno, ratificou as informações de que o Brasil foi escolhido para sediar o evento,  
498 mas que não é um evento do MIR ou do governo brasileiro, que 200 será o limite de pessoas para  
499 participar deste evento, nos dias 29 e 30 de agosto, e que, ao final deste evento, será produzido um  
500 documento com o objetivo de ser entregue ao Alto Comissariado que estará reunido no dia 31 de  
501 agosto. Informou que o governo do Togo enviou ao governo brasileiro uma lista com  
502 aproximadamente 140 pessoas e que estava em curso um processo de confirmação para entender  
503 quem de fato comparecerá ao evento. Informou que os ministérios partícipes estavam montando uma  
504 lista conjunta de pessoas especialistas para que possam ser convidados de maneira bastante objetiva  
505 e que se está procurando garantir, para além da representação, as pessoas do CNPIR conselho,  
506 contudo, reforçou que o MIR não é dono do evento e que as decisões são colegiadas junto aos  
507 ministérios partícipes. Sugeriu que o Conselho apresentasse uma lista de pessoas que possam  
508 eventualmente ser indicadas, para que essa listagem possa compor uma lista maior, a ser referendada,  
509 em um primeiro momento, pelo governo federal e, em um segundo momento, pelo governo do Togo.  
510 Por fim, colocou-se à disposição para responder eventuais indagações. O Conselheiro Ivo Gregório  
511 de Campos cumprimentou o Pleno, apresentou-se como remanescente quilombola no estado de Mato  
512 Grosso, município de Nossa Senhora de Livramento, argumentou que tem requerimentos aprovados  
513 pelo Conselho sobre a Amazônia Legal e que gostaria de obter respostas após o item de pauta. O  
514 Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento indagou qual a posição do Ministério junto à  
515 organização deste evento. Argumentou que trabalha com preservação da memória do pensamento  
516 africano e que é importante entender qual é o sentido político que se pretende dar às discussões dos  
517 temas que comporão à conferência, ressaltando, por exemplo, que há acadêmicos que discutem os  
518 mesmos temas da conferência de maneira desvinculada do debate antirracista e que trabalhar com

519 África não necessariamente significa ter um debate de combate ao racismo. O Conselheiro Igor dos  
520 Prazeres agradeceu a explanação, ratificou a fala do Professor e Conselheiro Wanderson Flor sobre o  
521 questionamento teórico, ressaltando que a CONEN tem feito debates sobre o pan-africanismo, a  
522 federalização da África, a União Africana e a agenda 2063. Reforçou que já há um acúmulo de debate  
523 de outras conferências que tratam da diáspora africana, citando a Carta de Salvador e as discussões e  
524 encontros que surgiram com relação ao dia, ao ano e depois à Década Internacional dos  
525 Afrodescendentes. Argumentou que não compreende, na concepção da discussão da diáspora e do  
526 panafricanismo, que o ponto focal não seja o Ministério de Igualdade Racial e que é necessário se  
527 fazer a disputa política de estar dentro da coordenação, com prioridade no processo dessa  
528 Conferência. Sugeriu que o Conselho faça um documento solicitando a garantia da participação do  
529 Conselho no encontro. Recordou que o Conselho esteve presente no debate do Mercosul Social,  
530 inclusive participando da elaboração do documento da sociedade civil e fomentando o debate que  
531 culminou no travamento do acordo do Brasil com a União Europeia. Por fim, concluiu que este é um  
532 evento grande para que o Brasil não esteja nessa condição e que o MIR não tenha essa prioridade de  
533 coordenação para viabilizar a continuidade em 5 congressos. O Chefe de Gabinete Luiz Barros  
534 informou que os eixos temáticos já vêm pré-definidos pelo governo do Togo e que, portanto, a ideia  
535 é que, quando a sociedade civil se reunir, parte dela composta por integrante internacionais, que já  
536 foi uma lista mandada pelo Togo, e a outra parte pelo governo brasileiro, reúnam-se pessoas da afro  
537 diáspora que efetivamente estão estudando e já debatem os temas de maneira internacional, bem como  
538 aqueles que debatem de maneira nacional, paritariamente, para dialogar com esses interlocutores  
539 internacionais, considerando que, conceitualmente, é um evento preparatório. O Conselheiro  
540 Wanderson Flor do Nascimento argumentou que o debate standard sobre as relações entre África e  
541 Brasil ainda é colocado de maneira colonialista e que passa longe do debate antirracista. Indagou se  
542 este debate interessa ao Ministério e que é importante saber qual seria o posicionamento do CNPIR e  
543 do MIR caso a ideia da conferência seja corroborar um debate conservador das relações pan-  
544 africanistas. A Conselheira Vânia Viana complementou a fala do Conselheiro Wanderson Flor  
545 lembrando que, de acordo com as informações transmitidas, a representação internacional será  
546 maioria na conferência e que este é um ponto sensível a ser considerado. O Chefe de Gabinete Luiz  
547 Barros explicou que são por essas razões que foi pedida a lista para se entender as pessoas que foram  
548 convidadas pelo governo do Togo é quem realmente confirmou. Informou que o que se consegue  
549 garantir politicamente é que a parte da sociedade civil brasileira seja de pessoas, intelectuais

550 brasileiros, que possam pautar a partir da perspectiva brasileira. Concluiu que o que se consegue fazer  
551 enquanto governo é ter as indicações qualificadas que possam fazer frente e que vão debater de  
552 maneira bastante séria e qualificada junto aos atores internacionais. A Coordenadora-Geral Janaína  
553 Fernandes complementou que o GT de metodologia da conferência está no aguardo dos nomes para  
554 entender quem serão essas referências internacionais para, a partir disso, pensar num debate prévio  
555 com essas indicações feitas a partir dos ministérios. Argumentou que a Assessoria de Participação  
556 Social e Diversidade tem reivindicado uma participação mais ativa da sociedade civil na coordenação,  
557 inclusive fazendo o exercício de dialogar com a mesa diretora solicitando a indicação de 2 membros  
558 do conselho para fazer parte da coordenação geral do evento, e que continuam dialogando com os  
559 pares para garantir a participação do conselho, compreendendo a importância que ele tem na  
560 atividade. Recordou que, na reunião com a mesa diretora, foi apresentado um formato de atividade  
561 pensando nos moldes do governo brasileiro de se fazer uma conferência, pois inicialmente entendia-  
562 se que seria possível fazer daquela maneira, contudo, o governo brasileiro se deparou com a  
563 informação de que o modelo já estava estabelecido e não poderia ser modificado. Concluiu dizendo  
564 que, com esse novo modelo de programação, estava sendo feito um exercício de garantir,  
565 principalmente, primeiro na coordenação geral, o CNPIR, para contribuir de forma efetiva, lembrando  
566 que os conselhos dos outros ministérios também estão envolvidos. O Conselheiro Antônio Herculano  
567 ratificou os argumentos do Conselheiro Wanderson Flor e argumentou que a sociedade civil do  
568 CNPIR discute sobre os temas da conferência, tem representação qualificada com suas expertises,  
569 formações acadêmicas e experiência em governos municipais, estaduais e até federais, e que suas  
570 entidades fazem esses debates internacionalmente. Compartilhou inquietação com o Ministério da  
571 Igualdade Racial não estar conduzindo este processo, considerando que é um debate sobre racismo e  
572 que há vários ministérios com assento no CNPIR que não comparecem às reuniões do Conselho para  
573 dialogar sobre esses temas. O Conselheiro Igor dos Prazeres argumentou que não se trata apenas de  
574 uma questão de participação do conselho, mas sim uma condição política que deve ser reivindicada  
575 pelo Conselho, Ministério da Igualdade Racial, entidades que discutem o panafricanismo pela  
576 vertente contra o imperialismo norte-americano, contra os embargos contra Cuba, com o  
577 fortalecimento do Mercosul e dos BRICS, demarcando esse espaço da conferência, colocando a  
578 autoridade do Ministério e dos negros e negras do Brasil representada nessa organização,  
579 considerando que o Brasil precisa ter esse protagonismo dentro dessa articulação e principalmente da  
580 questão racial por ser maioria do povo diaspórico. Por fim, concluiu que o CNPIR elaborasse uma

581 recomendação sobre a participação do colegiado em eventos dessa natureza. O Conselheiro Nuno  
582 Coelho argumentou que o Conselho é um espaço institucional e que a participação de representantes  
583 em eventos que tratam da temática racial, ainda que de apenas um representante do CNPIR, precisa  
584 ser garantida, uma vez que é o órgão colegiado nacional de controle da política de promoção da  
585 igualdade racial e que responde à sociedade brasileira neste assunto. Propôs uma resolução do CNPIR  
586 que pactue uma decisão política de que eventos dessa magnitude, sediados no Brasil, o segundo maior  
587 país negro do mundo, e outros que tratem sobre questão étnico-racial tenha participação garantida do  
588 Conselho. A Conselheira Ana Maria Placidino informou que participou, em tratativas iniciais sobre  
589 a Conferência pelo MDA e que o MIR tem sido um grande guerreiro nessas tratativas para assegurar  
590 o CNPIR dentro dessa pequena margem de participantes que foi dada ao Brasil. Concordou com a  
591 proposição de resolução, argumentando que é conselho de relevância nacional composto por pessoas  
592 especialistas que passaram por um crivo de escolha de seleção pública e que prestam serviço à  
593 sociedade civil. A Vice-presidente Marina Duarte informou que havia duas propostas de  
594 encaminhamento sobre o mesmo tema, sendo uma de recomendação e outra de resolução e, após  
595 decisão do Pleno, deliberou-se que a deliberação seria feita após o intervalo do almoço. Após o  
596 intervalo, a Vice-presidente Marina Duarte abriu o período vespertino da reunião anunciando a  
597 existência de quórum, com 25 conselheiros. A Secretaria-Executiva do Conselho, Larissa Santiago,  
598 após indagações dos conselheiros, esclareceu que as gravações das reuniões ocorrem para fins de  
599 degravação e elaboração da ata e que o Pleno pode solicitar os arquivos. Ressaltou que o relatório é  
600 diferente da ata e que a Secretaria-Executiva do CNPIR solicitou a contratação de relator  
601 presencialmente justamente porque estava enfrentando problemas com a empresa terceirizada que,  
602 por meio da ata de eventos do Ministério, é contratada para fazer a degravação e ata das reuniões do  
603 Conselho. Explicou que as últimas atas foram entregues com nomes errados e citações erradas pela  
604 empresa, que o serviço prestado estava aquém do esperado e que a equipe da Secretaria estava  
605 revisando cada ata que foi elaborada. Recordou que as atas são publicizadas na plataforma participa  
606 +Brasil e que as reuniões do conselho são públicas. Por fim, informou que o conselho pode, por  
607 deliberação do Pleno, determinar, devidamente justificada, que eventuais registros de reunião não  
608 sejam gravados ou publicados. A Conselheira Maria Júlia argumentou que os conselheiros têm  
609 condição de questionar o fazimento dessas atas porque está dando problemas não apenas de forma,  
610 mas também de conteúdo. A Vice-presidente Marina Duarte argumentou que, como foi feito o pedido  
611 de vistas a esse ponto de pauta, a mesa pode conversar com o conselheiro e ajustar os pontos dentro

612 do documento para a próxima reunião. Em seguimento à Ordem do Dia, retomou as propostas de  
613 encaminhamento de resolução e recomendação. O Conselheiro Wanderson Flor sugeriu que, seja  
614 resolução ou recomendação, o CNPIR precisa pensar uma resposta para o que foi apresentado de  
615 informação sobre o evento, considerando que o MIR foi chamado a participar de uma conferência  
616 sobre diáspora sem qualquer tipo de diferenciação dos demais ministérios, o que evidenciaria o tipo  
617 de abordagem que a conferência tem, assemelhando-se a um modelo de evento sobre África e  
618 diáspora que tem acontecido no mundo e no Brasil com discussões desvinculadas das relações raciais.  
619 Ressaltou que entender o teor político desses eventos é relevante para compreender se vale a  
620 participação do CNPIR. Argumentou que ambas as propostas parecem razoáveis com relação ao que  
621 diz respeito à atuação do conselho, entretanto, argumentou que é preciso saber melhor o que é a  
622 conferência. O Conselheiro Nuno Coelho lembrou que o histórico desse processo foi uma visita que  
623 o presidente Lula fez ao continente africano recentemente, que o presidente do país sede do congresso  
624 mundial da diáspora sugeriu a realização dessa conferência preparatória no Brasil e que a Presidência  
625 da República aceitou. Argumentou que, por ser um fórum Internacional, o Itamaraty chamou os atores  
626 para compor esta organização. Relatou que, conforme relatos, o MIR tem se preocupado mais com  
627 questões de estrutura e que a Fundação Cultural Palmares tem se destacado no debate do conteúdo.  
628 Expressou que a ideia da resolução é para que o CNPIR tenha presença garantida em eventos desta  
629 temática, e que sobras ou excessos ou faltas, nestes eventos, podem ser para outros órgãos, mas não  
630 para o CNPIR que debate, de maneira central, essas pautas. Sendo assim, com a resolução, toda vez  
631 que o Ministério for convidado a pensar pautas desta magnitude, será lembrado que existe uma  
632 resolução do CNPIR que diz que tem que estar na mesa de pactuação de participação e de construção  
633 coletiva. Argumentou que, diferente da recomendação, resolução é uma norma. O Conselheiro Luiz  
634 Leno manifestou concordância com a proposição da resolução. Relatou que participou de um debate  
635 a partir da Rede PCTS do Brasil sobre repartição de patrimônio biogenético e que, no começo do ano,  
636 foi em encontro no Itamaraty, em que se estava discutindo repartição de conhecimento biogenético  
637 para propor ao G20 e que, se não fosse a presença dos PCTS na ocasião, a probabilidade de serem  
638 considerados seria mínima. Reforçou que, nesse sentido, é importante a presença na conferência da  
639 diáspora da sociedade civil e de membros do CNPIR que já vem discutindo panafricanismo há anos  
640 e com o olhar afrobrasileiro, para pautar o racismo estrutural da diáspora no Brasil. Sugeriu que fosse  
641 feita uma pauta paralela com os movimentos sociais da Bahia na ocasião, incluindo as entidades  
642 nacionais dos povos tradicionais, de povos ciganos, entre outros, para discutir os temas. O

643 Conselheiro Igor dos Prazeres argumentou que entende que o formato de recomendação seria mais  
644 adequado, porque não é algo interna para o conselho, pois o conselho já está convencido sobre a  
645 importância da questão racial, mas que isso precisa ser recomendado ao governo federal e ao  
646 presidente Lula. Sugeriu que a recomendação e a resolução são complementares, uma vez que a  
647 recomendação seria sobre a conferência da diáspora e a resolução sobre este e outros eventos  
648 semelhantes que tratam da pauta racial. O Conselheiro Wanderson Flor argumentou que não é  
649 contrário à proposta de resolução, mas que entende importante se entender qual o objeto e o sujeito  
650 destinatário, inclusive pensando qual a força normativa de eventual resolução, considerando que há  
651 diferença entre o jogo político e a eficácia do normativo. O Conselheiro Marcos Faria concordou com  
652 a proposição de resolução, considerando seu peso político, lembrando que o caráter consultivo do  
653 conselho enseja que é necessário um esforço de articulação para fazer as disposições serem atendidas.  
654 Reforçou que é importante o CNPIR criar um compromisso de alinhamento interno do que será  
655 apresentado pelo Conselho, seja por meio de um documento, quando representado nestes fóruns,  
656 considerando que não é uma representação da entidade ou órgão que o conselheiro representa no  
657 Conselho, mas sim de todo o conjunto do Pleno, bem como argumentou sobre a relevância da  
658 representação do CNPIR voltar ao Pleno, após a representação no evento, com devolutivas e  
659 apresentação de observações e percepções, como forma de prestação de contas. A Conselheira Vânia  
660 Viana ratificou as falas dos demais conselheiros, argumentou que, apesar das informações  
661 fornecidas na reunião sobre a conferência, ainda há muitas lacunas. Sugeriu que o CNPIR só tomasse  
662 decisões após ter, em mãos, informações mais detalhadas sobre público, pautas e objetivos. Sugeriu  
663 que o Ministério fosse novamente convidado, se possível para o dia seguinte, com uma parcial das  
664 informações solicitadas, para subsidiar de maneira mais efetiva as decisões do CNPIR. Ressaltou que  
665 há outras pessoas negras e negros no governo, para além do MIR, que podem contribuir com as  
666 discussões. Por fim, relatou inquietação com a falta de paridade de representação das indicações do  
667 Brasil e da União Africana, considerando que o Brasil está sediando o evento.

668 O Conselheiro Antonio Herculano concordou seja com recomendação ou resolução. Expressou que  
669 está entendendo que o MIR não dispõe das informações e indagou se alguém participou das outras  
670 conferências preparatórias da diáspora e se há algum acúmulo de informações sobre elas no governo  
671 federal. Corroborou os argumentos da Conselheira Vânia Viana e do Conselheiro Wanderson Flor  
672 sobre a necessidade de informações mais detalhadas. Concordou com a proposição de retorno dos  
673 representantes do MIR para fornecimento de informações complementares e argumentou que esse

674 retorno não impede uma manifestação por meio de um documento do CNPIR, seja para a Casa Civil  
675 ou para o presidente Lula, sobre o assunto. A Conselheira Maria Júlia expressou que parece haver  
676 plena concordância do Pleno de que não há controle do CNPIR sobre a conferência, que a vontade  
677 do CNPIR de participar do evento está comprometida e que os informes apresentados corroboram  
678 esse fato. Argumentou que já tem uma decisão do Pleno de realização de uma reunião extraordinária  
679 em Salvador, ainda que não participem da conferência, e que não é necessário formalismo para a  
680 atuação do conselho, seja organizando mesmo que seja fazendo um encontro paralelo. Ressaltou que  
681 o CNPIR tem competência, formação e condições de fazer o encontro acontecer da forma que foi  
682 concebida. Por fim, mencionou a importância de se observar o Regimento Interno do CNPIR, cujo  
683 artigo 15 dispõe que “o pleno do CNPIR, observado o código estabelecido, deliberará mediante  
684 resoluções, recomendações e moções adotadas pela aprovação da maioria simples do Pleno. Parágrafo  
685 primeiro. As resoluções referem-se a temas elencados na ordem do dia das reuniões, podendo tanto  
686 se referir a questões de caráter interno do CNPIR, quanto a questões de natureza externa em que O  
687 CNPIR seja chamado a se posicionar. Parágrafo segundo. As recomendações serão dirigidas a ator  
688 ou atores institucionais a quem se sugere ou de quem se espera ou se pede determinada conduta ou  
689 providência”, concluindo que tanto a resolução como a recomendação são cabíveis. A Conselheira  
690 Mariana Teixeira informou que está participando, como representante do Ministério da Cultura, da  
691 construção desse processo da conferência e relatou que muitas das percepções expressadas são  
692 verídicas. Reforçou que não se trata de conferência nos moldes brasileiros, mas sim um encontro, no  
693 Brasil, da União Africana, que, sob a presidência do Togo, definiu os temas e a metodologia.  
694 Comentou que há Notas Conceituais sobre os temas e que os encontros prévios ao Congresso  
695 Panafricano produzem recomendações à União Africana, que podem subsidiar a análise do CNPIR  
696 sobre como contribuir. Argumentou que está acompanhando os diálogos, mas que o Ministério da  
697 Cultura e a Fundação Cultural Palmares estão cuidando mais especificamente da parte artística e  
698 cultural. Ressaltou que os interesses da União Africana extrapolam as questões de igualdade racial,  
699 mas que são transversalizadas por ela. O Conselheiro Marcos Faria argumentou que haveria dois  
700 encaminhamentos, sendo a proposta de resolução do Conselheiro Nuno Coelho e o pedido de  
701 informações sobre as conferências da diáspora. O Conselheiro Igor dos Prazeres retirou a proposta de  
702 recomendação, justificando que seria importante ter acesso às documentações informadas sobre a  
703 conferência para um posicionamento de recomendação. A Vice-presidente Maria Duarte informa que,  
704 com a retirada da proposta de recomendação, permanecem os encaminhamentos da resolução do

705 Conselheiro Nuno Coelho e da sugestão da Conselheira Vânia Viana de o CNPIR solicitar  
706 informações complementares sobre a conferência para subsidiar eventuais decisões do CNPIR. O  
707 Conselheiro Nuno Coelho pediu questão de ordem para explicar que a proposição de resolução é uma  
708 regra para o CNPIR para o conjunto de eventos que tratam da temática racial, e não apenas  
709 especificamente para a conferência da diáspora. A Conselheira Daniela Luciana indagou sobre a  
710 decisão de realização da próxima reunião em Salvador. O Conselheiro Ivo Campos argumentou que  
711 considera de suma importância a resolução, uma vez que o MIR é instrumento de defesa do povo  
712 preto e que é necessário fazer valer o direito dentro do conselho, ocupando estes espaços. A Vice-  
713 presidente Maria Duarte respondeu que nos dias 29 a 31 de agosto será realizada a conferência da  
714 diáspora em Salvador e que, para garantia da participação do Conselho, foi decidido a realização de  
715 reunião extraordinária em Salvador e proposição de encontro de gestores e conselheiros de PIR para  
716 estreitar laços, dialogar e apresentar informações sobre a CONAPIR, sendo em 27 e 28 de agosto,  
717 antes da conferência da diáspora. Em seguida, abriu votação para a proposta de resolução, cujo  
718 resultado foram 22 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções. A Conselheira Daniela Luciana  
719 indagou quem escreverá o texto e em que o momento deliberará. A Vice-presidente Maria Duarte  
720 informou que o conselheiro que propôs irá elaborar e que a votação será no final do segundo dia de  
721 reunião. O Conselheiro Wanderson Flor justificou a abstenção tendo em vista que teve que se ausentar  
722 momentaneamente durante as discussões. A Conselheira Daniela Luciana justificou que se absteve  
723 pois tem dúvidas sobre eventual efetividade, porque em muitas situações a participação é  
724 regulamentada a partir de legislações que uma resolução de um conselho consultivo não abrange. Em  
725 seguida, a Secretária-Executiva do CNPIR, Larissa Santiago, apresentou informe sobre o intercâmbio  
726 para Cuba, cujos representantes indicados do CNPIR estão aguardando informações detalhadas.  
727 Informou que, após consulta a instâncias internas, o intercâmbio estava em processo de reestruturado  
728 pelo MIR, possivelmente seria adiado e que, tão logo as informações fossem atualizadas, elas seriam  
729 veiculadas. Ato seguinte, a Vice-presidente Maria Duarte abriu a fala para os coordenadores das  
730 Comissões Permanentes do CNPIR falarem sobre a composição de suas respectivas comissões. O  
731 Conselheiro Nuno Coelho informou que as seguintes entidades e órgãos manifestaram interesse em  
732 compor a Comissão Permanente de Gestão e Conselhos: Grupo de Mulheres Negras Dandara no  
733 Cerrado, ENEGRECER, MNU, e Ministério das Mulheres. A Conselheira Wilma Coelho (Ministério  
734 da Educação) e o Conselheiro Marcos Faria (Casa Civil) se indicaram, completando as vagas da  
735 Comissão Permanente de Gestão e Conselhos. O Conselheiro Igor dos Prazeres ressaltou as



736 competências da Comissão Permanente de Orçamento e Controle, explicitou a importância do  
737 controle social no que diz respeito aos processos de elaboração das peças orçamentárias e que ainda  
738 não havia sido procurado por outros conselheiros e conselheiras. O Conselheiro Antonio Herculano  
739 (CEN-BA) manifestou interesse em compor a Comissão Permanente de Orçamento e Controle. A  
740 Vice-presidente Maria Duarte informou que a Conselheira Maria Júlia precisou se ausentar, mas  
741 entregou lista com o nome das entidades e órgãos interessados em compor a Comissão Permanente  
742 de Ações Afirmativas e Legislação, sendo eles MALUNGU, Coalizão Negra por Direitos, RAN,  
743 CEDENPA e FONATRANS. Para a Comissão Permanente de Povos e Comunidades Tradicionais de  
744 Matriz Africana, Povos de Terreiro, Quilombolas e Ciganos, a Conselheira Mãe Tuca enviou à Mesa  
745 Direta os nomes dos conselheiros e conselheiras da CONAQ, da ANMC, do FONSANPOTMA e da  
746 RENAFRO SAÚDE. O Conselheiro Luiz Leno relatou sobre a dificuldade de garantir quórum da  
747 reunião e da falta de compromisso e de participação de conselheiros do poder público tanto na  
748 integralidade das reuniões como na composição das comissões internas, o que dificulta os trabalhos  
749 do Conselho. Solicitou que a Secretaria-Executiva do Conselho fizesse gestões junto aos Ministério  
750 para que as indicações participem ou, na impossibilidade de atender às reuniões, sejam substituídos.  
751 A Secretária-Executiva do CNPIR, Larissa Santiago, informou sobre os esforços recorrentes da  
752 Secretaria-Executiva e da Presidência do CNPIR, entrando em contato com cada conselheiro e  
753 conselheira para tentar garantir maior presença dos representantes do poder público nas reuniões.  
754 Nesse sentido, lembrou que na 86ª reunião ordinária, houve uma deliberação do CNPIR para que as  
755 convocações partissem do Gabinete da Ministra, para ter maior força. Relatou que é uma dificuldade  
756 da maioria dos conselhos, não especificamente do CNPIR. Por fim, sugeriu que o conselho reflita e  
757 sugiram ferramentas que podem ser usadas para convencer a participação efetiva das pessoas nas  
758 agendas do CNPIR. O Conselheiro Paulo Axé argumentou que entende não haver saída criativa tendo  
759 em vista que o sistema é estruturalmente racista e que, muitas vezes, a representação é sem  
760 compromisso ideológico e até mesmo formal, que seria pelo menos participar dos momentos da  
761 reunião. A Vice-presidente Maria Duarte reforçou que a Secretaria-Executiva adotou as providências  
762 já solicitadas e solicitou o retorno de discussão item da pauta sobre as Comissões Permanentes. A  
763 Conselheira Vânia Viana lembrou que a criação dos Ministérios não ensejou na criação de cargos, o  
764 que significa que muitas das representações governamentais estão sobrecarregadas devido à  
765 quantidade de demandas, participando das reuniões do conselho e concomitantemente estão  
766 resolvendo emergências. Recordou, também, que o acúmulo de atividades muitas vezes enseja na

767 necessidade de renunciar a agendas para participar de outras. A Conselheira Wilma Coelho reiterou  
768 a fala da Conselheira Vânia Viana. Lembrou que muitos dos conselheiros do poder público saíram de  
769 seus estados para integrar o governo e construir uma pauta antirracista, bem como que está sempre  
770 participando de reuniões e, ao mesmo tempo, fazendo outras atividades, considerando a argumentação  
771 de falta de compromisso do poder público como preocupante. Lembrou que o CNPIR que tem a ver  
772 com a democracia do país e que uma das prioridades que se deve pensar é como serão encaminhadas  
773 as questões estruturantes do CNPIR sem se falte o respeito a todas as pessoas que dele fazem parte.  
774 Por fim, lembro que está vinculada ao movimento negro há mais de 30 anos e pediu respeito. O  
775 Conselheiro Antônio Herculano argumentou que, quando se cobra a presença do governo, é no  
776 sentido de apresentarem o que está sendo feito em suas respectivas pastas para a população negra.  
777 Afirmou que tem conselheiros que não participam desde a reunião de posse. Por fim, sugeriu que o  
778 CNPIR faça convites aos Ministros das pastas para que informem as políticas. O Conselheiro Igor  
779 dos Prazeres propôs que a votação das comissões fosse postergada para o início da reunião do dia  
780 seguinte. O Conselheiro Nuno Coelho argumentou que há falhas no regimento interno do Conselho  
781 e que o CNPIR poderia estabelecer um acordo político de um quórum mínimo para determinados  
782 temas, uma votação simbólica para, pelo menos, consignar o que a maioria dos presentes desejam,  
783 principalmente na questão da composição das comissões, que é mais formal e não exige grande  
784 debate. Ressaltou que estes procedimentos têm feito com que as reuniões encerrem sem resoluções.  
785 O Conselheiro Marcos Fábio argumento que a proposição do Conselheiro Nuno Coelho é uma  
786 possibilidade e propôs, alternativamente, que a deliberação das comissões permanentes fosse  
787 complementada ad referendum pela mesa diretora, considerando a proximidade do fim da reunião.  
788 Após deliberação, a Vice-presidente Maria Duarte anunciou que a discussão das composições será  
789 retomada no início do dia seguinte para deliberação. O Conselheiro Paulo Axé pediu a palavra para  
790 argumentar que assumiu responsabilidade sobre a pauta racial na região Amazonas por ser uma das  
791 representações do CNPIR naquela localidade e que há requerimentos importantes que precisam ser  
792 votados, sendo um deles de um encontro preparatório para a quinta conferência e o outro para que se  
793 faça uma comissão da Amazônia que trate especificamente da conferência. Por fim, solicitou que a  
794 apreciação dos requerimentos pelo Pleno no dia seguinte. A Secretária-Executiva do CNPIR, Larissa  
795 Santiago, esclareceu que a Ordem do Dia foi alterada a pedido da Mesa Diretora, para que todas as  
796 reuniões ordinárias comecem com informes a respeito da reunião passada. Recordou, contudo, que  
797 essa reunião iniciou com a fala dos convidados, porque houve demora para iniciar e queria-se garantir

798 a participação dos convidados, motivo pelo qual os informes foram postergados. Informou que os  
799 requerimentos não são votáveis, mas são encaminhados para as áreas técnicas competentes do MIR.  
800 Informou que, sobre o requerimento que trata do Conselho Estadual do Amapá, foi encaminhado  
801 internamente e ressaltou que, em análise, verificou-se que no edital havia previsão de segmentos de  
802 etnias e da população negra, mas que no resultado da seleção não é especificado. No que tange ao  
803 Comitê de Monitoramento da Amazônia, informou que o Comitê será interministerial, liderado pelo  
804 Ministério da Igualdade Racial (MIR) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA),  
805 e que não requererá a participação da sociedade civil, contudo, ressaltou que a minuta de formalização  
806 ainda está em fase de elaboração e análise pelo MMA. O Conselheiro Paulo Axé argumentou que  
807 entende que o requerimento que trata da composição de uma Comissão da Amazônia para dialogar  
808 com a quinta conferência precisaria ser analisado pelo Pleno. Reforçou que, desde os diálogos  
809 amazônicos, solicita um encontro, em outubro, de preparação com temas específicos da região e que  
810 seria importante que o MIR conduzisse. Sobre o Comitê, argumentou que estranha o comitê ser  
811 instituído sem a sociedade civil, uma vez que foi proposto pela sociedade civil, e que já está há mais  
812 de 6 meses parado no MMA. Por fim, argumentou que estão aguardando pela formalização do  
813 Comitê, mas que permanecerão insistindo para que seja efetivado. Após deliberação, a Vice-  
814 presidente Maria Duarte anunciou que as comissões permanentes se reúnem no dia seguinte, pela  
815 manhã, após a aprovação de suas composições. Findadas as discussões do primeiro dia de reunião,  
816 agradeceu a presença de todos e encerrou a plenária.

817 A Vice-presidente Marina Duarte abriu a reunião do segundo dia desejando um excelente dia a todas  
818 e a todos e passou a palavra à Secretária-Executiva do CNPIR, Larissa Santiago, para apresentar  
819 informes antes da reunião das comissões permanentes. A Secretária-Executiva Larissa Santiago  
820 cumprimentou o Pleno e informou que ficaram alguns informes pendentes previstos na pauta do dia  
821 anterior, sendo o primeiro deles, uma indagação da conselheira Jovanna Cardoso sobre a atualização  
822 do valor das diárias devidas aos Conselheiros. Informou que, aparentemente, há uma divergência  
823 entre o valor do Decreto e o da Portaria do MDHC que o MIR segue no que tange às diárias a  
824 conselheiros e informou que a Secretaria Executiva faria uma consulta interna formal para entender  
825 qual o valor correto e apresentaria as informações com precisão quando obtiver resposta. No segundo  
826 informe, relatou que alguns conselheiros do poder público precisaram se ausentar presencialmente  
827 por questões de saúde ou de trabalho e solicitaram à Secretaria Executiva o envio do link da reunião  
828 para participação remotamente. Sobre isso, ressaltou que as reuniões são bimensais presenciais, e que

829 foi aberta exceção desde a última reunião para os 2 conselheiros que vivem no Rio Grande do Sul,  
830 que são Mãe Vera e Olumide Betinho, por conta das emergências climáticas, de modo que os  
831 conselheiros da sociedade civil que não conseguiram, por algum motivo, viabilizar a emissão das  
832 passagens, não podem participar online e os que estão em Brasília e não podem comparecer  
833 presencialmente, devem indicar seus suplentes. Por fim, informou que há um informe da Secretaria  
834 Executiva sobre o orçamento do CNPIR, mas que pode ficar para depois das comissões, caso o Pleno  
835 julgue necessário. O Conselheiro Igor dos Prazeres sugeriu que seria importante para a Comissão  
836 Permanente de Orçamento e Controle a apresentação do orçamento e sugeriu que ocorresse antes da  
837 reunião das comissões, se possível. A Conselheira Daniela Luciana indagou se o link online será  
838 aberto para pessoas que não são do Rio Grande do Sul participarem conforme ocorreu no dia anterior  
839 e se posicionou contrariamente. A Vice-presidente Marina Duarte informou que foi permitida a  
840 participação da RAN online devido ao imprevisto de troca de última hora da representação da  
841 entidade por ocasião das eleições municipais, o que inviabilizou a vinda do novo representante. O  
842 Conselheiro Igor dos Prazeres informou que os casos omissos e dúvidas surgidas serão dirimidas pelo  
843 presidente do CNPIR, ad referendum do Pleno, conforme artigo 33 do Regimento Interno do  
844 Conselho. O Conselheiro Wanderson Flor sugeriu importante considerar, seja no que diz respeito à  
845 participação da sociedade civil ou do poder público, a possibilidade de reuniões híbridas, para garantir  
846 quórum de deliberação, tendo em vista a dificuldade de se formar o quórum nas reuniões do conselho,  
847 o que tem inviabilizado as decisões plenárias e feito o CNPIR recorrer a decisões ad referendum. A  
848 Vice-presidente Marina Duarte argumentou que não considera que precise fazer reuniões híbridas,  
849 porque todos da sociedade civil estão presentes, exceto a RAN devido à situação informada e os  
850 conselheiros do Rio Grande do Sul que estão com dificuldades de sair do estado. O Conselheiro  
851 Antonio Herculano reforçou a importância de ser apresentada a proposta do regimento pelo GT de  
852 revisão de marcos legais para facilitar a condução das reuniões. Posicionou-se contrário à reunião  
853 híbrida. Sugeriu que os representantes dos Ministérios fossem à reunião dizer o que está sendo feito  
854 de políticas para a população negra em seus órgãos. A Conselheira Maria Júlia ressaltou a importância  
855 de renovação do Regimento Interno. Propôs que, considerando que os conselheiros da RAN já  
856 participaram da reunião do dia anterior, que fosse assegurada a participação na reunião presente. O  
857 Conselheiro Marco Fábio sugeriu que fosse assegurada a presença de apenas um conselheiro da RAN,  
858 entendendo a especificidade do caso, mas lembrando que a troca da representação deveria ter sido  
859 feita com maior antecedência para garantir a presença. A Vice-presidente Marina Duarte informou

860 que, nas demais reuniões, os únicos conselheiros que terão o link da reunião são os conselheiros do  
861 Rio Grande do Sul. Sobre a Ordem do Dia, sugeriu inversão de pontos, tendo em vista que os  
862 representantes da FLACSO informaram que não conseguiriam comparecer à reunião e que restaram  
863 pontos pendentes do dia anterior. Propôs que a ordem do período da manhã fosse alterada para as  
864 10h30 às 11h30: compartilhamento da apresentação das informações enviadas pela FLACSO sobre a  
865 Carta Acordo para a 5ª CONAPIR, informes da Coordenação Executiva da V CONAPIR e abertura  
866 para inscrições de fala; 11h30 às 12h30: reuniões das comissões permanentes. No retorno do almoço,  
867 das 14h às 16h30: informes das comissões permanentes, das 16h30 às 17h30: informes da SINAPIR,  
868 e, por fim, das 17h30 às 18h: informe do orçamento pela Secretaria-Executiva do CNPIR. A  
869 reorganização da Ordem do Dia foi aprovada. Em seguida, passou a palavra para informações sobre  
870 a FLACSO pela Secretaria-Executiva. A Secretária-Executiva Larissa Santiago informou que a  
871 FLACSO não pode comparecer pois estava participando da conferência das pessoas com deficiência,  
872 em curso durante o período da reunião, e que, há uma semana, a FLACSO apresentou proposta de  
873 cronograma de trabalho conjunto entre a FLACSO e o CNPIR, montada da data da conferência  
874 nacional para trás, que envolve a definição da temática, a construção da identidade visual e a definição  
875 da governança do processo e da metodologia do processo até o lançamento da 5ª CONAPIR.  
876 Informou a expectativa da identidade visual ser construída até o final de agosto, a revisão do  
877 documento base e do documento orientador até final de setembro, a divulgação de ambos os  
878 documentos a partir de outubro, o que possibilitará as etapas municipais serem convocadas e  
879 realizadas a partir de novembro até fevereiro e as etapas estaduais, distrital, livres e digital entre  
880 fevereiro e maio, a sistematização das etapas até junho, finalização dos cadernos de propostas até o  
881 início de julho, e realização da etapa nacional. Concluiu dizendo que a FLACSO já está participando  
882 das reuniões de Coordenação Executiva e já está empenhada em revisar os documentos das  
883 normativas e desenhar o primeiro produto, que é a identidade visual. O Conselheiro Nuno Coelho  
884 informou que, diante desse quadro, é possível iniciar o planejamento das subcomissões da CONAPIR.  
885 Argumentou a necessidade urgente das subcomissões se reunirem para poder dar conta de produzir  
886 materiais para um lançamento da quinta conferência, preferencialmente, em Salvador, na ocasião da  
887 reunião extraordinária do Pleno, o que dará um norte aos entes federados para se prepararem para a  
888 conferência nacional. Comentou que a Coordenação Executiva se reúne em todas as quintas-feiras e  
889 que a FLACSO tem acompanhado e já está de posse da proposta de regimento interno da conferência  
890 para revisão técnica, com o objetivo de evitar engessamento do processo. Recordou que a FLACSO

891 apresentou um cronograma de alerta sobre a necessidade de considerar os tempos de articulação para  
892 infraestrutura, ou seja, licitações e contratações. Informou que o orçamento do CNPIR está garantido  
893 para a realização da 5ª CONAPIR e que o MIR já está buscando a captação de recursos adicionais  
894 para sua realização. Discorreu que a Coordenação Executiva acatou o cronograma das etapas  
895 temáticas propostas no Pleno como parâmetro de planejamento e que, no corrente ano, está prevista  
896 apenas a plenária Quilombola em novembro, em Maceió, e que as outras 4 plenárias estão no  
897 planejamento do primeiro semestre do ano seguinte. A Vice-presidente Marina Duarte abriu para  
898 inscrições. A Conselheira Anatalina Lourenço cumprimentou todas as pessoas, justificou a ausência  
899 nas últimas reuniões devido a um acidente e colocou-se à disposição para colaborar. O Conselheiro  
900 Luiz Leno relatou que na conferência de segurança alimentar houve dificuldade devido a não  
901 especificação dos percentuais dos povos tradicionais, o que causou desentendimentos nos estados e  
902 municípios. Sugeriu que o regimento deixe bem explícito o percentual dos povos tradicionais e da  
903 população negra, para evitar problemas futuros. O Conselheiro Gilvan argumentou que é importante  
904 refletir sobre como as metodologias irão afetar e dar condição para os estados e os municípios  
905 realizarem as conferências. O Conselheiro Ailton Ferreira indagou se já existe calendário para  
906 realização das atividades mencionadas, incluindo as temáticas, municipais e estaduais, reforçando a  
907 importância de que haja, pelo menos, a presença de 2 conselheiros nas conferências estaduais para  
908 acompanhar e validar, para garantir que o estado está realizando a conferência conforme o decreto  
909 nacional e respeitando as representatividades, por exemplo. Expressou incomodo com a demora da  
910 publicação do decreto nacional e indagou qual o prazo para a publicação ser realizada, considerando  
911 que já foi decidida uma Comissão Organizadora, mas que o atraso na publicação das normativas tem  
912 impedido o trabalho efetivo. O Conselheiro Igor dos Prazeres reforçou a preocupação com a demora  
913 na publicação do decreto de convocação, por ser o instrumento que, além de jurídico e de iniciar a  
914 construção da conferência, é o instrumento mobilizador para garantir a participação efetiva dos  
915 estados e dos municípios, inclusive sinalizando para que os conselhos e gestores de PIR dos entes  
916 federados dialoguem para organizar o orçamento para fazer as suas conferências municipais e  
917 estaduais, principalmente considerando, também, o período de defeso eleitoral do ano corrente. O  
918 Conselheiro Nuno Coelho informou que a conferência está pensada para 1300 delegados e até 200  
919 convidados, estes últimos a serem pactuados mais adiante e quem serão e quais os critérios levá-los  
920 a conferência. Ressaltou que a participação dos povos indígenas foi pensada e defendida,  
921 considerando ser um povo étnico, e que o MIR está numa fase de diálogo com o MPI nesse sentido.

Recordou que a CONAPIR sempre contou com os povos indígenas, mas que hoje há um ministério, um conselho e uma previsão de conferência específica para os povos indígenas. Sobre as plenárias temáticas, informou que o regimento interno preverá uma plenária para povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro, uma para povos ciganos e uma para quilombolas e que 3% do total de delegados da 5ª CONAPIR serão definidos nas plenárias temáticas, com exceção das plenárias temáticas da juventude e das mulheres, que trarão de debates específicos e proposições à CONAPIR, mas que não elegerão delegados. Reforçou que esta porcentagem não impedirá que também saiam delegados desses segmentos nas conferências estaduais que ainda não foram ocorridas ou que já ocorreram. Sobre o acompanhamento das conferências estaduais, informou que a subcomissão de articulação é responsável de acompanhar o processo das conferências estaduais desde o processo inicial até a entrega do relatório final e que, portanto, deve se dividir dentro de seu planejamento para acompanhar todo o processo. Ressaltou que cabe, também, a esta subcomissão o apoio às comissões organizadoras estaduais caso tenham dificuldades de entendimento e interpretação do regimento. Apresentou o seguinte calendário proposto, até então, no regimento interno: etapas municipais de 01/11/2024 a 28/02/2025; etapas estaduais e do Distrito Federal de 01/03/2025 a 30/05/2025; etapas livres e digital de 01/03/2025 a 30/05/2025; etapa temática de povos quilombolas em novembro de 2024; etapa temática de povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro em fevereiro de 2025; etapa temática da juventude negra em março de 2025; a etapa temática de mulheres negras em abril de 2025; e a etapa temática de povos ciganos em maio de 2025. A Secretária-Executiva Larissa Santiago informou que a minuta de decreto contém o novo tema e a data da etapa nacional, conforme deliberação do Pleno, que as datas das etapas preparatórias constarão do regimento interno ou de outra normativa e que a minuta foi encaminhada ao Gabinete da Ministra há, aproximadamente, 1 mês, estando atualmente em tramitação entre o gabinete e a Casa Civil. Ato seguinte, a Vice-presidente Marina Duarte a leu a composição, até o momento, das comissões permanentes e pediu que os conselheiros se candidatem para as vagas sobrando. A Conselheira Anatalina Lourenço indicou disponibilidade para compor a Comissão Permanente de Ações Afirmativas. Em seguida, as comissões se reuniram separadamente. Iniciada a reunião no período da tarde, a Vice-presidente Marina Duarte passou a palavra aos coordenadores das comissões para informes das reuniões de comissão. O Conselheiro Igor dos Prazeres informou que o Conselheiro Marcos Costa do Ministério da Saúde integrou a composição da Comissão Permanente de Orçamento e Controle, junto com o Conselheiro Antonio Herculano. Informou que a

953 Comissão dialogou sobre a importância de se apropriar das informações sobre o orçamento do  
954 Ministério para viabilizar o trabalho. Argumentou que os objetivos da comissão já estão bem  
955 caracterizados dentro do regimento interno e dentro do decreto do conselho que normatiza, que é  
956 fiscalizar, monitorar, dialogar, apoiar no que tange às peças orçamentária, PPA, LDO e LOA.  
957 Dialogaram sobre a condição de poder interseccionalizar com as outras comissões permanentes.  
958 Informou que, após o planejamento das comissões, será feito o planejamento financeiro, e que  
959 solicitará informações ao DGA do MIR e quais são os indicadores, o monitoramento e a avaliação da  
960 agenda transversal apresentada pelo MPO. Por fim, solicitou que a comissão tenha uma reunião  
961 presencial com a equipe técnica do MIR para articular com o ministério como serão exercidas as  
962 competências do CNPIR no que se refere ao controle social do orçamento. A Conselheira Maria Júlia  
963 informou que, além dela, estiveram presentes os seguintes conselheiros: Gilvan, Carlene Printes,  
964 Airton Ferreira, a Jovanna Cardoso e Anatalina Lourenço. Relatou que, quando a comissão já estava  
965 finalizando, foi informada de que o Conselheiro Ivo Gregório estava reivindicando a participação na  
966 reunião da comissão, contudo não havia estrutura para reunião híbrida no local onde a comissão  
967 estava reunida, o que impossibilitou a participação do conselheiro. Informou que os integrantes da  
968 Comissão concordaram com a proposta de objetivos socializada pela Secretaria-Executiva e que o  
969 debate central da comissão versou sobre as duas instâncias de atuação do grupo, que são ações  
970 afirmativas e legislação. No aspecto da legislação, avaliou-se relevante um mapeamento da legislação  
971 que ampara o público-alvo do CNPIR e as ações que podem ser desempenhadas e, para tanto, propôs  
972 uma reunião da comissão com a ASPAR do MIR e, com ela, sugerir um diálogo com a ASPAR da  
973 Casa Civil, para entender o que já está em andamento. No aspecto das ações afirmativas, propôs  
974 reunião da comissão com a SEPAR par entender o que está sendo feito. Informou que, a partir dos  
975 diálogos, a comissão montará um calendário de funcionamento. A Conselheira Jovanna Cardoso  
976 ressaltou a importância desse diálogo, pois há muitas atividades e eventos de políticas públicas para  
977 a população negra acontecendo no Brasil e que os conselheiros não estão sabendo, a exemplo das  
978 plenárias da saúde da população negra e de equidades e de uma conferência nacional de saúde da  
979 população negra. O Conselheiro Marcos Faria informou que, no âmbito da Casa Civil, por ocasião  
980 do Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), está sendo formalizada a criação de um comitê  
981 específico para debater as ações afirmativas dentro da presidência de forma específica. O Conselheiro  
982 Airton Ferreira argumentou sobre a importância de se fazer levantamento das legislações existentes  
983 para fazer um paralelo dos marcos legais em relação à defesa e à promoção de direitos humanos da



984 população negra do país e de dialogar com a frente no Congresso Nacional que trata da questão racial.  
985 Recordou que o Ministério da Saúde também realizou o evento SUS Sem Racismo, que o CNPIR  
986 também não se fez presente, e que resta pendente a instalação do Comitê Técnico de Saúde da  
987 População Negra. Relatou que, nestes eventos, no que tange à participação do estado do Maranhão,  
988 apenas o poder público foi convidado, excluindo a sociedade civil, que faz ativismo defesa da  
989 população negra. O Conselheiro Ivo Gregório relatou que se sentiu prejudicado porque houve demora  
990 no recebimento do link da reunião, que teria sido enviado apenas ao titular, e que está fazendo parte  
991 de uma comissão e não pode participar da reunião pela falta de estrutura informada. A Vice-presidente  
992 Marina Duarte esclareceu que, como na reunião do dia anterior ambos o titular e o suplente haviam  
993 participado e que o titular que solicitou o acesso, o link foi enviado a ele. Reforçou que a reunião não  
994 é online, que o link foi aberto especialmente para os conselheiros Mãe Vera e Olumidê Betinho que  
995 estão enfrentando dificuldades de locomoção no Rio Grande do Sul, que a Comissão de Povos e  
996 Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro, Quilombolas e Ciganos precisou  
997 ficar na sala com estrutura de videoconferência para participação dos conselheiros do Rio Grande do  
998 Sul e que foi aberta exceção à RAN devido ao processo de reorganização da suplência da organização.  
999 Argumentou que essa foi a primeira reunião da comissão, que os informes serão passados e que ele  
1000 poderá participar das próximas sem problemas. O Conselheiro Wanderson Flor informou que está  
1001 acontecendo na Câmara uma semana de debate sobre bancas de heteroidentificação em concursos no  
1002 gabinete do deputado Túlio Gadelha e sugeriu que poderia ser interessante a Comissão de Ações  
1003 Afirmativas e Legislação marcar uma conversa com o gabinete. O Conselheiro Marcos Moreira  
1004 cumprimentou a todos, informou que está ocupando a Coordenadoria de atenção à saúde da população  
1005 negra e que, dentro da estrutura atual do Ministério da Saúde, junto ao gabinete da ministra, há uma  
1006 assessoria de equidade racial, que junto com a Secretaria Executiva, instituiu a Portaria 2.198, de  
1007 2023, que determina que todas as secretarias do ministério trabalhem, obrigatoriamente, com a  
1008 questão da pauta racial. Argumentou, portanto, que será muito comum as secretarias realizarem  
1009 atividades diversas, inclusive relacionadas à saúde da população negra. Explicou que a coordenação  
1010 de atenção à saúde da população negra ficou responsável de trabalhar com os gestores territoriais e  
1011 que, enquanto atenção básica, trabalha com as gestões da atenção básica nos territórios, o que talvez  
1012 justifique a presença de gestores estaduais nos eventos. Ressaltou que, apesar de falhas em acionar o  
1013 CNPIR, o movimento social tem estado presente nos eventos. A Conselheira Maria Aparecida abriu  
1014 o relato da Comissão Permanente de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos

1015 de Terreiro, Quilombolas e Ciganos informando que estiveram presentes os seguintes conselheiros:  
1016 Marcos Gattas, Maria Aparecida, Luiz Leno e Mãe Vera. Relatou que foi feita uma discussão de que  
1017 a comissão tem alguns pontos estratégicos como, por exemplo, saúde, educação, segurança alimentar  
1018 que perpassam a todas as comunidades tradicionais, com suas especificidades, e que sofrem com a  
1019 falta de políticas nessas áreas. Ressaltou a importância de explicitar os povos e comunidades presentes  
1020 na comissão. O Conselheiro Luiz Leno complementou que a Comissão criou um objetivo geral para  
1021 o trabalho a partir do debate foi feito com todos os integrantes, que é “A Comissão Permanente de  
1022 Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro, Quilombolas e Ciganos  
1023 terá como ponto focal a questão da garantia de nossos territórios. Trabalharemos com a  
1024 transversalidade e a garantia de direitos a partir dos olhares plurais de cada povo tradicional, atuando  
1025 na construção de saúde tradicional, educação, segurança alimentar, produção de saberes ancestrais,  
1026 ou seja, a cultura destes povos vivificada em cada território. Trataremos nessa comissão da construção  
1027 de políticas públicas de inclusão, de segurança plena e ampla, de respeito à história e à memória, além  
1028 da construção pautada no respeito às nossas tradições em nossos territórios”. Informou que  
1029 receberam, do secretariado do conselho, sugestão de objetivos específicos que são “I - apreciar o  
1030 processo deliberativo de metas e diretrizes e sugerir aprimoramento às políticas para quilombolas,  
1031 povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, povos de terreiros e ciganos; II - promover  
1032 ações, realizar estudos e elaborar propostas temáticas sobre políticas para quilombolas, povos e  
1033 comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos. III - Recomendar a  
1034 realização de estudos, diagnósticos, debates e pesquisa sobre as desigualdades raciais e étnicas, bem  
1035 como de suas interseccionalidades. IV - acompanhar a execução das políticas e das ações contidas no  
1036 Plano Nacional de Promoção de Igualdade Racial – PLANAPIR direcionadas à população  
1037 quilombola, aos povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, povos de terreiro e aos  
1038 ciganos. V - Acompanhar as proposições legislativas em trânsito no Congresso Nacional de interesse  
1039 dos povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas de terreiro, dos ciganos e dos quilombolas  
1040 que visem o enfrentamento do racismo; VI - representar, preferencialmente, o CNPIR nas ações  
1041 referentes às políticas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos  
1042 de terreiro e ciganos; e VII - apreciar demais matérias determinadas pelo Pleno do CNPIR no escopo  
1043 de atuação da comissão”. Argumentou que as proposições são complementares, que durante o  
1044 processo surgiram novas demandas, e que os povos que se colocam como tradicionais de matrizes  
1045 africanas, que estão em comunidades, que se denominam de terreiros, que são povos ciganos, são

1046 povos que geralmente sofrem por mais de uma vertente do racismo, que atrapalha no desenrolar das  
1047 políticas e que sempre, no decorrer dos processos, exclui tais povos pela falta de entendimento de  
1048 quem são, onde estão, de suas cosmovisões. A Secretária-Executiva Larissa Santiago lembrou que,  
1049 no âmbito do Senado Federal, o CNPIR foi convidado a participar de um seminário pela SEPAR  
1050 sobre ações afirmativas e representação política. O seminário iria acontecer no mesmo período da  
1051 reunião, mas foi adiado para agosto. A proposta é de um seminário que, além de celebrar, de conversar  
1052 sobre políticas e ações afirmativas no âmbito do Senado Federal, vai celebrar um acordo de  
1053 cooperação técnica entre o Ministério da Igualdade Racial e o Senado federal sobre ações afirmativas.  
1054 Propôs que o conselho deliberasse uma pessoa para participar desse evento. O Conselheiro Airton  
1055 Ferreira solicitou que os objetivos de cada comissão fossem socializados com o Pleno. O Conselheiro  
1056 Antonio Herculano sugeriu a inclusão do termo “afro-indígena” no nome da Comissão Permanente  
1057 de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiro, Quilombolas e  
1058 Ciganos. O Conselheiro Luiz Leno argumentou que entende a proposição do conselheiro, mas que  
1059 compreende que a expressão “povos de terreiro” contempla todos os outros povos que são de matrizes  
1060 afro-brasileiras. A Conselheira Iyá Vera informou que compreende a proposição, lembrou que o  
1061 estado brasileiro reconheceu os povos tradicionais de matriz africana numa cartilha oficial assinado  
1062 por Itamar Franco. Argumentou que o terreiro é um espaço territorial que o estado brasileiro deveria  
1063 devolver para todo povo que traz a tradição de manutenção, como indígenas, ciganos e matriz  
1064 africana, que não tem seus territórios, vivendo em lugares alugados ou que são excluídos, inclusive  
1065 sofrendo atos de violências. Argumento que os conceitos se complementam e solicitou que não fosse  
1066 retirado a terminologia de tradição. O Conselheiro Antonio Herculano explicou que não sugeriu a  
1067 retirada do termo “tradição”, mas sim um acréscimo de “afro-indígena”. Por fim, retirou a proposta  
1068 de acréscimo. O Conselheiro Wanderson Flor relatou que a distinção entre povos e comunidades  
1069 tradicionais de matriz africana, de um lado, e povos de terreiro, de outro, vem provocando problemas  
1070 ao longo do país por uma série de questões, inclusive com relação a construções em planos  
1071 municipais, em que, quando aparecem ambos os nomes, entendiam que eram duas coisas diferentes  
1072 e instituições mal-intencionadas, já que se separou o terreiro da tradição de matriz africana,  
1073 reivindicaram a utilização dessas políticas, até para percepção de recursos. Reforçou a necessidade  
1074 de uma discussão aprofundada no CNPIR sobre isso. Rememorou que quando se criou o plano  
1075 nacional de desenvolvimento sustentável para os povos e comunidades tradicionais de matriz  
1076 africana, não era para excluir quem tinha terreiro, mas sim para nomear esses territórios. Por fim,

1077 sugeriu que, na prática, não se utilize, por hora, as expressões separadamente. O Conselheiro Nuno  
1078 Coelho informou que na Câmara dos Deputados existe uma comissão permanente chamada  
1079 Legislação Participativa que ninguém utiliza e que existe justamente para que os órgãos colegiados a  
1080 utilizem para assuntos como o abordado pelo Conselheiro Wanderson Flor, por exemplo. Lembrou  
1081 que o CNPIR pode promover debates, seminários e audiências públicas, inclusive aproveitando a  
1082 estrutura da comissão mencionada, e que, com a instituição das comissões, os conselheiros não  
1083 precisam aguardar as reuniões do pleno para agir. O Conselheiro Luiz Leno reforçou que a discussão  
1084 precisa romper o espaço do CNPIR, dialogar com a sociedade civil e e construir uma proposta  
1085 unificada e que evite problemas, que pode ocorrer neste local da Câmara. O Conselheiro Nuno Coelho  
1086 informou que a Comissão Permanente de Gestão e Conselhos convidou a SINAPIR a participar da  
1087 reunião e apresentar alguns dados daquilo que está sendo feito, para poder compor o cenário dos  
1088 objetivos da comissão, a agenda, a conformação dos objetivos, acatando a sugestão que foi feita pela  
1089 Secretaria-Executiva, aliada com aquilo que imaginaram ser o papel desta comissão permanente.  
1090 Agradeceu a presença da coordenadora Melina Lima e o chefe de gabinete Adriano Fiuza do  
1091 SINAPIR. Passou a palavra para a conselheira Wilma para apresentar o relatório da comissão. A  
1092 Conselheira Wilma Coelho cumprimentou o Pleno e informou que a comissão contou com a  
1093 participação dos seguintes conselheiros: Wilma Coelho, Nuno Coelho, Deuzília, Karen Liliane e  
1094 Afonso Gomes. Relatou que um dos objetivos estruturais da Comissão é de acompanhar as ações  
1095 realizadas pelo SINAPIR e que o acompanhamento tem a ver com ações estruturais e com todo o  
1096 plano que tem sido desenvolvido para o trabalho com os conselhos estaduais e municipais.  
1097 Argumentou que outros objetivos específicos advieram do objetivo. mais geral, que é auxiliar a  
1098 SENAPIR na preparação dos presidentes de conselhos em nível estadual e municipal; propor a  
1099 Constituição de um fórum nacional de conselhos estaduais e municipais, por meio da apresentação  
1100 de uma minuta a qual será debatida no interior do fórum a ser constituído; acompanhar e auxiliar a  
1101 SENAPIR na execução do projeto +COMPIR, ação estruturante da SENAPIR, cujo objetivo é  
1102 oferecer uma formação continuada para os conselhos de igualdade racial em nível estadual e  
1103 municipal, sobretudo no objeto relacionado ao que significa um conselho, quais as suas atribuições e  
1104 como é que esses conselhos podem estabelecer relações com o governo federal, com o Ministério da  
1105 Igualdade Racial e com o CNPIR; apoiar a essa SENAPIR na elaboração de um formulário para a  
1106 constituição de um perfil dos conselhos estaduais e municipais e de um outro formulário que  
1107 componha dados qualitativos a partir do primeiro perfil que será demandado para os conselhos

1108 estaduais e municipais; apoiar um censo nacional sobre os conselhos em nível nacional e estadual;  
1109 apoiar escuta estratégica com os conselheiros, tanto municipais quanto os estaduais entender as  
1110 demandas e os impactos que estão sendo percebidos por aquele coletivo em razão da formação que  
1111 se pretende encaminhar, cujo resultado seria uma cartilha orientativa; e apoiar a caravana de igualdade  
1112 racial pretendida no escopo do projeto da SENAPIR. Concluiu informando que o Conselheiro Nuno  
1113 Coelho informou ao SENAPIR a possibilidade de aporte financeiro para esse grupo não somente  
1114 acompanhar os trabalhos em alguns municípios já selecionado, como também para a participação no  
1115 evento de Salvador. A Secretária-Executiva Larissa Santiago lembrou que o artigo 28 do regimento  
1116 interno do conselho prevê as competências das comissões permanentes, que são “I - realizar estudos  
1117 e análises, apresentar proposições e recomendações, opinar, apreciar, emitir parecer e relatar as  
1118 matérias que lhes forem distribuídas e assessorar as reuniões plenárias, na área de sua competência;  
1119 II - requerer esclarecimentos que lhes forem úteis para melhor apreciação da matéria; e III - elaborar  
1120 documentos que subsidiem as decisões do Pleno, da Mesa Diretora, das Comissões ou dos Grupos de  
1121 Trabalho”. Indagou que os objetivos informados pela Comissão Permanente de Gestão e Conselhos  
1122 parecem estar mais relacionados à Secretaria do que necessariamente ao CNPIR. Argumentou que  
1123 não acha que há conflito, mas ressaltou que as comissões subsidiam os trabalhos do CNPIR e não da  
1124 Secretaria. O Conselheiro Nuno Coelho explicou que a ideia de trazer para perto da comissão o  
1125 processo do programa +COMPIR é para viabilizar o monitoramento do Conselho e estabelecer a  
1126 relação política do CNPIR com os conselhos dos entes federados. O Conselheiro Igor dos Prazeres  
1127 parabenizou o trabalho da comissão. Indagou se as propostas apresentadas não seriam mais um plano  
1128 de ação do que objetivos. O Conselheiro Nuno Coelho afirmou que os objetivos da comissão foram  
1129 acatados nos conformes sugeridos pela Secretaria-Executiva do CNPIR. A Conselheira Wilma  
1130 Coelho argumentou que não existe possibilidade de um conselho da magnitude do CNPIR fazer o  
1131 acompanhamento sem que haja uma aproximação do que realmente tem sido feito pelas Secretarias  
1132 e reforçou a importância do apoio ao programa. Ato seguinte, devido ao horário, a Vice-presidente  
1133 Marina Duarte sugeriu que a Secretaria Executiva do Conselho antecipe a apresentação do orçamento.  
1134 A Secretária-Executiva Larissa Santiago informou que a Conselheira Vânia Viana pediu para  
1135 informar ao Pleno que ela não poderia comparecer hoje porque ela teve uma agenda específica.  
1136 Apresentou um panorama geral da ação orçamentária do CNPIR para o ano corrente, que é a ação  
1137 21FG - apoio no funcionamento do conselho nacional de promoção da igualdade racial. Informou que  
1138 o objetivo da ação é apoiar as ações do conselho nacional de promoção da igualdade racial, a fim de

1139 viabilizar a manutenção, o funcionamento e o fortalecimento de suas atividades, incluindo o custeio  
1140 de seminários, reuniões, workshops, capacitações, estudos, publicações, fóruns, oficinas,  
1141 conferências, realização de eventos, realização presencial e virtual de reuniões ordinárias,  
1142 extraordinárias, oficinas e grupos de trabalho do conselho nacional de políticas de igualdade racial,  
1143 realização da CONAPIR, viagens de mobilização e articulação. Explicou que foi feita uma  
1144 modificação qualitativa da ação para o ano seguinte, de modo que aumente a abrangência da atuação  
1145 do Conselho. Informou que, atualmente, a implementação da ação é de maneira direta, bem como por  
1146 meio do uso de implementos legais, em conjunto com órgãos estaduais e municipais, podendo contar  
1147 com apoio e cooperação técnica de consultorias, tanto pessoa física quanto pessoa jurídica. Ressaltou  
1148 que, quando a Secretaria Executiva recebe pedidos de diárias e passagens, é preciso justificar que a  
1149 atividade está diretamente ligada ao funcionamento e manutenção do conselho. Explicou que o  
1150 tramite de aprovação da etapa qualitativa envolve a DGA do MIR e o próprio MGI e que, quando  
1151 fosse validada, seria compartilhada com o Pleno. Informou que o montante da ação para este ano é  
1152 de R\$ 7.151.487,00, sendo que R\$ 787.000,00 em valor empenhado para diárias e passagens até o  
1153 final do ano. Informou que a Secretaria Executiva e a Mesa Diretora planejaram algumas atividades  
1154 como a proposta do encontro de conselhos e gestores de PIR em Salvador/Bahia, entre 26 e 28 de  
1155 agosto, cuja despesa é estimada em R\$ 770.000,00; o seminário nacional da 5ª CONAPIR, junto com  
1156 a plenária temática de povos quilombolas e com a 89ª reunião ordinária em Maceió/Alagoas, em  
1157 novembro, também estimado em R\$ 770.000,00; cada uma das 4 plenárias temáticas seguintes o valor  
1158 estimado de R\$ 400.000,00; e a suplementação da Carta-Acordo da Flacso no valor de R\$  
1159 1.500.000,00. A soma desse planejado sendo R\$ 5.427.000,00, sobrando ainda R\$ 1.724.487,00 como  
1160 dotação livre. Sugeriu que o Pleno precisaria entender se está de acordo e se a dotação livre poderia  
1161 ser aplicada, por exemplo, na contratação do espaço físico para a realização da 5ª CONAPIR ou no  
1162 TED da SENAPIR sobre o +COMPIR. O Conselheiro Marcos Faria expressou que tinha uma dúvida  
1163 sobre o orçamento apresentado, principalmente sobre o TED do +COMPIR, que tem a ver com o  
1164 conselho, uma vez que na reunião da comissão permanente foi apresentado que o programa custaria,  
1165 aproximadamente, R\$ 3.500.000,00. Indagou, também, se não caberia o CNPIR ser um correalizador,  
1166 tendo em vista que estaria investindo quase metade do valor do programa. A Conselheira Daniela  
1167 Luciana indagou como foi o processo de construção dessa proposta orçamentária e se teve o  
1168 envolvimento da Mesa Diretora. A Secretária-Executiva Larissa Santiago explicou que todas as  
1169 atividades foram avaliadas em alguma instância, sendo que o encontro de gestores e conselhos foi

1170 sugerido pela Mesa Diretora, que as plenárias temáticas foram deliberadas nas reuniões ordinárias  
1171 passadas e ratificadas pela Coordenação Executiva da 5ª CONAPIR, e que o reforço da Carta-Acordo  
1172 é um instrumento interno que viabiliza o processo organizativo da conferência. Reforçou que as  
1173 estimativas foram feitas com os valores da ata de eventos que o Ministério adere, em conjunto com a  
1174 DGA do MIR. O Conselheiro Igor dos Prazeres questionou se a estimativa considera as reuniões e  
1175 agendas regulares do CNPIR até o final do ano e solicitou mais informações sobre o reforço da Carta-  
1176 Acordo da FLACSO. O Conselheiro Wanderson Flor expressou preocupação quanto aos valores  
1177 estimados para as plenárias temáticas, avaliando-os baixo se comparado a eventos que tem  
1178 participado e argumentando que isso pode comprometer a realização de um bom evento, mesmo que  
1179 com antecedência. Sugeriu que há duas opções, que se desenhe o formato das plenárias para orçá-las  
1180 ou que adeque as plenárias ao orçamento pré-determinado. A Secretária-Executiva Larissa Santiago  
1181 explicou o valor de R\$ 787.000,00 empenhado inclui o que já foi gasto e o que será gasto até o final  
1182 do ano com diárias e passagens, não só para reuniões ordinárias, mas também para participação em  
1183 outras agendas que são relevantes do CNPIR estar representado. Sobre o reforço da carta acordo,  
1184 lembrou que a conferência estava planejada no formato híbrido no passado e que a FLACSO já havia  
1185 entregado alguns produtos. Argumentou que, diante da mudança de modalidade para presencial e do  
1186 tema, seria necessário reformular o documento base e o documento orientador, além de todas as outras  
1187 entregas apresentadas no período da manhã, o que ensejará em novos custos. Sobre a indagação do  
1188 Conselheiro Wanderson, informou que foi estimada a participação de, no máximo, 100 pessoas nas  
1189 plenárias temáticas, em ambiente hoteleiro, e com metodologia semelhante à plenário quilombola da  
1190 4ª CONAPIR. A Vice-presidente Marina Duarte sugeriu que a Secretaria Executiva fizesse uma  
1191 estimativa considerando, também, locais e datas, para uma estimativa mais precisa. A Secretária-  
1192 Executiva Larissa Santiago ressaltou que esses são os valores com o orçamento do ano de 2024, mas  
1193 que poderiam ser suplementados com o orçamento do ano seguinte. O Conselheiro Luiz Leno  
1194 expressou que teve uma experiência desagradável na plenária de cultura de povos e comunidades  
1195 tradicionais, que foi sobre expressões culturais afro-brasileiras, devido a dificuldades, inclusive, de  
1196 deslocamento e de hospedagem, situação que também aconteceu em atividade da SQPT do MIR, que  
1197 culminou na necessidade de desconvidar pessoas já articuladas para participar. Sugeriu que fossem  
1198 reavaliados os valores, garantindo a representação de todas as regiões. A Vice-presidente Marina  
1199 Duarte agradeceu a presença do sr. Carlos Alberto, que já foi conselheiro do CNPIR e atualmente é  
1200 chefe de gabinete da Deputada Federal Daiana Santos, na reunião do conselho. O Conselheiro Marcos

1201 Gattas indagou como seriam definidas as datas e locais das plenárias temáticas. A Vice-presidente  
1202 Marina Duarte recordou que a Coordenação Executiva deliberou que consultaria os conselheiros  
1203 representantes dos segmentos das temáticas e que o Conselheiro Marcos Gattas pode sugerir como  
1204 considerar conveniente. A Conselheira Daniela Luciana parabenizou o processo de planejamento  
1205 inicial do orçamento e reforçou a importância de conferir maior precisão considerando os locais de  
1206 cada evento. Sugeriu que seria importante desconsiderar, inicialmente, os eventuais custos  
1207 sugeridos para o valor da dotação livre para priorizar o custeio do que já foi deliberado. O Conselheiro  
1208 Nuno Coelho rememorou que, na 86ª reunião do CNPIR, foi apresentado o calendário e que as datas  
1209 e locais foram sugeridos com base em datas políticas e simbólicas. Recordou que, em 25 e 26 de  
1210 novembro de 2024, ocorreria a plenária dos povos quilombolas em Alagoas, paralelo ao seminário  
1211 nacional da 5ª CONAPIR, que seria na Serra da Barriga, o que é simbólico para os povos quilombolas;  
1212 em 3 e 4 de fevereiro de 2025, em Salvador, plenária dos povos comunidades tradicionais de matriz  
1213 africana e povos de terreiro, na sombra da Festa de Iemanjá, uma das maiores festas dos povos de  
1214 matriz africana que se encontram ali para além do povo da Bahia; em 20 e 21 de março de 2025, em  
1215 Brasília, a plenária da juventude negra, em comemoração a um ano da assinatura do novo Plano  
1216 Juventude Negra Viva (PJNV); em 25 e 26 de abril de 2025, no Rio de Janeiro, a plenária temática  
1217 de mulheres negras, a margem do aniversário de uma das mulheres negras mais expressivas, políticas  
1218 e parlamentares do Congresso Nacional, a deputada federal Benedita da Silva; e, em 24 e 25 de maio  
1219 de 2025, a plenária temática dos povos ciganos, a margem do Dia Nacional do Povo Cigano. O  
1220 Conselheiro Marcos Gattas sugeriu que a plenária de povos ciganos seja realizada em Brasília. O  
1221 Conselheiro Igor dos Prazeres lembrou sobre a dúvida do valor das diárias mencionada no período  
1222 da manhã e se eventual alteração seria comportada pelo valor já empenhado de R\$ 787.000,00.  
1223 Indagou, também, se será possível o pagamento complementar retroativo referente às diárias já  
1224 percebidas com o valor inferior e se essa restituição seria custeada pela ação do CNPIR. Sugeriu que  
1225 é muito importante pensar como o orçamento será executado, tendo em vista que parte das ações  
1226 serão realizadas no ano seguinte e que, por isso, poderiam ser inscritos em restos a pagar e,  
1227 eventualmente, não ter financeiro para custar. A Vice-presidente Marina Duarte concluiu o ponto de  
1228 pauta informando sobre o encaminhamento de que o planejamento orçamentário seja mais precisado  
1229 pela Secretaria Executiva do CNPIR considerando as especificidades de cada plenária e que a  
1230 Comissão Permanente de Orçamento e Controle acompanhe o processo. Ato seguinte, convidou o  
1231 Secretário de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, sr. Yuri Silva, do



1232 Ministério da Igualdade Racial, para informe. O Secretário Yuri Silva cumprimentou o Pleno e  
1233 informou que hoje seria uma continuidade da conversa do dia anterior sobre a revisão das normativas  
1234 referentes ao sistema nacional de promoção da igualdade racial, que consistiria na sistematização de  
1235 ideias dos conselheiros e das conselheiras no que concerne esse processo, sem prejuízo de debate de  
1236 outros temas, como o projeto de formação de conselheiros municipais e estaduais, o +COMPIR. A  
1237 Vice-presidente Marina Duarte abriu para inscrições de falas. A Conselheira Daniela Luciana  
1238 expressou que chamou bastante atenção o volume orçamentário destinado ao +COMPIR e concordou  
1239 com a proposição do Conselheiro Marcos Faria de que a assinatura do CNPIR precisa estar presente.  
1240 Solicitou que a SENAPIR apresentasse um planejamento ou cronograma mais detalhado das ações a  
1241 serem realizadas para subsidiar a decisão do Pleno do CNPIR. Sugeriu, também, que poderia se  
1242 estabelecer um prazo para essa apresentação, se julgarem pertinente. O Secretário Yuri Silva  
1243 apresentou planilha detalhada com todos os custos do projeto +COMPIR. Explicou que tem algumas  
1244 metas divididas nesse planejamento orçamentário e que o objetivo é, além de realizar a formação dos  
1245 conselhos estaduais, a visita em caravana a 200 conselhos municipais do Brasil, no que se refere às  
1246 suas atribuições de fiscalização e controle, quais instrumentos de atuação podem ser utilizados pelos  
1247 conselhos, entre outras qualificações, tendo em vista os recorrentes relatos de necessidade de  
1248 formação que tem chegado tanto ao CNPIR como à SENAPIR. Para viabilizar, informou que seria  
1249 necessária uma equipe de coordenação com condições de administrar o processo, que é um processo  
1250 robusto e que uma estrutura de Ministério como a do MIR não teria como comportar; o custeio de  
1251 diárias e passagens e afins; a coleta de dados, em parceria com a Universidade Federal de Santa  
1252 Catarina, do perfil dos conselheiros de PIR no Brasil, para subsidiar um censo e a criação de uma  
1253 rede nacional de conselheiros de PIR, por meio da aplicação de questionário e sistematização do  
1254 perfil social, econômico e político dos conselheiros municipais, bem como a atualização contínua  
1255 desses dados; e os demais custos administrativos do processo. Colocou-se à disposição para  
1256 compartilhar as informações, inclusive a planilha financeira, que contém os custos que seriam  
1257 custados pelo orçamento do CNPIR. A Conselheira Daniela Luciana agradeceu a apresentação e  
1258 parabenizou o trabalho, afirmando que dá segurança para a decisão do Conselho, mesmo não sabendo  
1259 até que ponto podem contribuir. O Conselheiro Igor dos Prazeres sugeriu que o CNPIR refletisse  
1260 sobre eventual inversão da questão orçamentária, por considerar ser uma ação importante, com  
1261 condição de fazer várias entregas, principalmente para as instâncias que tem maior fragilidade, que  
1262 são os conselhos de PIR e nos conselhos estados e municípios, além de afirmar que o programa está

1263 bem elaborado e formatado. Sugeriu que, se não for possível executar o orçamento previsto para as  
1264 plenárias temáticas do ano seguinte, que o orçamento referente a essas atividades fosse aportado no  
1265 programa +COMPIR. A Conselheira Daniela Luciana sugeriu a realização de uma reunião  
1266 extraordinária para deliberação, tendo em vista a falta de quórum, sobre esta pauta e que a ação  
1267 poderia, inclusive ser um instrumento também de divulgação da CONAPIR. A Vice-presidente  
1268 Marina Duarte explicou que a reunião extraordinária de Salvador também tratará sobre a CONAPIR  
1269 e que as informações serão apresentadas nela. O Conselheiro Igor dos Prazeres indagou se a decisão  
1270 precisaria ser antes da janela de remanejamento. O Secretário Yuri Silva explicou que não seria  
1271 necessário remanejar de uma ação para outra, bastando indicar no instrumento viabilizador do projeto  
1272 que parte das despesas serão custeadas com a ação orçamentária do CNPIR. O Conselheiro Nuno  
1273 Coelho rememorou que as comissões permanentes trataram mais cedo de apresentar alguns relatórios  
1274 e encaminharam algumas propostas em cima de alguns projetos que estão planejados pelo Ministério  
1275 e que a apresentação do Secretário está atrelada ao que a comissão de gestão e conselhos apresentou.  
1276 A Conselheira Maria Júlia recordou sobre a dificuldade de quórum, sugeriu que o conselho pode  
1277 aprovar ad referendum na falta de quórum e na próxima reunião votar as questões ad referendum  
1278 como primeiro ponto de pauta, para que o CNPIR não seja engessado. Por fim, reforçou a importância  
1279 de revisão e atualização do regimento interno. O Conselheiro Airton Ferreira indagou como se dará  
1280 o monitoramento do +COMPIR, que tem como meta atingir 200 municipais, e como será a  
1281 metodologia. Lembrou que, também fez parte das competências do Conselho a aprovação do  
1282 orçamento MIR em sua totalidade. A Vice-presidente Marina Duarte informou que as secretarias  
1283 serão convidadas para apresentar seus orçamentos nas próximas reuniões. O Conselheiro Luiz Leno  
1284 relatou que é expressiva a dificuldade do convencimento dos gestores municipais sobre a importância  
1285 das políticas de igualdade racial. Reforçou que a perspectiva de formação de letramento racial,  
1286 inclusive para quem luta nesse processo é extremamente importante porque, muitas vezes, quem está  
1287 na gestão não tem conhecimento algum sobre a pauta. Expressou preocupações quanto à continuidade  
1288 da formação e como seria garantia. O Secretário Yuri Silvia pontuou um dos elementos que serão  
1289 financiados é uma cartilha permanente para formação dos conselheiros e que está sendo apostado que  
1290 não só esse material como a transmissão de saberes de conselheiros para conselheiros garanta a  
1291 continuidade da formação. Reforçou que, do ponto de vista da metodologia, será discutido como os  
1292 profissionais contratados e com pesquisadores parceiros da universidade a participação dos  
1293 conselheiros do CNPIR, o que será essencial para o sucesso da atividade e para o reconhecimento da

1294 autoridade dos conselheiros do CNPIR nos territórios. Ressaltou que o CNPIR não está concedendo  
1295 recurso para Secretaria executar uma ação, mas sim executando uma ação em conjunto, até como  
1296 parte compositora do SINAPIR. Por fim, colocou-se à disposição para dialogar com os demais  
1297 secretários do Ministério para construir suas presenças no Conselho. A Vice-presidente Marina  
1298 Duarte encerrou o ponto de pauta e agradeceu a presença do Secretário Yuri Silvia. Ato seguinte, a  
1299 Vice-presidente Marina Duarte passou a palavra para o Conselheiro Nuno Coelho para leitura da  
1300 proposição de resolução de participação do CNPIR em atividades que tratem da pauta racial. O  
1301 Conselheiro Nuno Coelho procedeu com a leitura nos seguintes termos: “O Conselho Nacional de  
1302 Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, em sua reunião ordinária realizada nos dias 16 e 17/07/2024,  
1303 no uso da competência que confere o artigo segundo, inciso décimo quarto do Decreto nº 4885, de  
1304 20/11/2003, criado pela Lei nº 10.678, de 23/05/2003, e regulado pelo Decreto 4885 de 20/11/2023,  
1305 considerando o artigo. 15, inciso primeiro do regimento interno do Pleno do CNPIR, considerando  
1306 que o CNPIR tem por finalidade propor diretrizes de ação em âmbito nacional e com a característica  
1307 de coordenação nacional das políticas de promoção da igualdade étnico racial, com ênfase na  
1308 população negra e outros segmentos étnicos da população brasileira que sofrem com a racialização  
1309 com o objetivo de combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e religiosa e reduzir as  
1310 desigualdades raciais, inclusive no aspecto econômico, financeiro, social, político, cultural,  
1311 ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas, considerando que o CNPIR, de  
1312 acordo com o seu regimento interno, no seu artigo terceiro, parágrafo sexto, tem por um dos objetivos  
1313 participar de eventos nacionais e/ou internacionais que tratem de políticas públicas de interesse da  
1314 população negra e de outros segmentos étnicos e raciais da população brasileira, em atenção às  
1315 atribuições acumuladas por este conselho nacional, conforme o descrito no Decreto nº 11.346, de  
1316 2023, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das  
1317 funções de confiança do Ministério da Igualdade Racial e remaneja cargos em comissão e funções de  
1318 confiança, na prática atribuindo responsabilidades aos órgãos finalísticos, de assessoramento e de  
1319 controle e participação social que competem à estrutura do Ministério e considerando também que o  
1320 CNPIR deve zelar pelos direitos culturais, sociais e econômicos da população negra, especialmente  
1321 pela preservação da memória e das tradições africanas e afro brasileiras, bem como pelos demais  
1322 segmentos étnicos constitutivos da formação histórica e social do povo brasileiro, resolve: artigo um,  
1323 assegurar o acompanhamento e participação do conselho nacional de promoção da igualdade racial  
1324 em quaisquer atividades, eventos, seminários, congresso, conferências organizadas pela esfera

1325 pública federal, de caráter nacional e/ou internacional, sediadas pelo estado brasileiro, artigo segundo,  
1326 com o objetivo de fortalecer e consolidar o controle social e a participação social na política nacional  
1327 de promoção da igualdade racial, o CNPIR terá reservado o assento para a sua participação nos  
1328 dispositivos de eventos realizados pelo Ministério da Igualdade Racial em qualquer oportunidades,  
1329 garantindo a representação da sociedade civil nos espaços de honra da solenidades ministeriais, artigo  
1330 terceiro, a representação dos conselheiros, dar-se-á pelos seus conselheiros naturais dos estados  
1331 brasileiros, onde estiverem acontecendo as atividades solenes de caráter nacional, salvo escolhas  
1332 diferente desta regra, que poderá ser tomada pelo pleno do conselho mediante justificativa prévia.  
1333 Artigo quarto, em caso de eventos internacionais, o Pleno do CNPIR deliberará pela participação de  
1334 um ou mais conselheiros, conforme o formato de metodologia da atividade, considerando critérios de  
1335 atuação e expertise junto ao tema do evento, artigo quinto, esta resolução entra em vigor na data de  
1336 sua publicação”. A Vice-presidente Marina Duarte informou que não há quórum para deliberação,  
1337 mas sugeriu que os conselheiros se posicionassem. O Conselheiro Wanderson Flor sugeriu que, no  
1338 primeiro artigo, fosse substituída a expressão “assegurar” por “que o poder público busque  
1339 assegurar”. A Conselheira Jovanna Cardoso expressou estar contemplada com a fala do Conselheiro  
1340 Wanderson Flor e que é importante pensar nas palavras imperativas para não ter problemas jurídicos,  
1341 considerando que o conselho é consultivo e tem poder de recomendação. O Conselheiro Igor dos  
1342 Prazeres indagou se o primeiro artigo está sendo suprimido pelo quarto artigo sobre a questão de  
1343 eventos no Brasil. O Conselheiro Nuno Coelho argumentou que não há sobreposição, uma vez que o  
1344 primeiro artigo busca apenas garantir que o poder público considere que há o CNPIR quando for  
1345 sediar eventos que tratem da pauta racial, independentemente do órgão. Informou que o ajuste de  
1346 texto sugerido pelo Conselheiro Wanderson Flor seria realizado e o texto final enviado à Secretaria  
1347 Executiva do Conselho. Encerrados todos os pontos de pauta, a Vice-presidente Marina Duarte  
1348 agradeceu o Pleno pela reunião e encerrou a plenária.